

Tânia Filipa Caeiro Dias

Perceção de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais, em situação laboral, sobre a sua inclusão social

Orientadora: Professora Doutora Maria Odete Emygdio da Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2019

Tânia Filipa Caeiro Dias

Perceção de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais, em situação laboral, sobre a sua inclusão social

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho Reitoral nº 225/2019 com a seguinte composição de júri:

Presidente:

Professora Doutora Luzia Maria Silva Lima Rodrigues

Arguente:

Professora Doutora Rosa Maria da Silva Serradas Duarte

Orientadora:

Professora Doutora Maria Odete Pereira da Silva Emygdio da Silva

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Instituto de Educação
Lisboa
2019

Agradecimento

Muito Obrigada...

A todos aqueles que me auxiliaram e participaram na realização deste estudo, em particular aos que se disponibilizaram a oferecer o seu contributo.

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Odete Emygdio da Silva, que orientou este estudo de forma dedicada e disponível, sempre com rigor científico contribuindo para o seu enriquecimento global.

À instituição, em especial à Doutora Jesus Sousa pela sua disponibilidade e amabilidade, sem a qual não seria possível realizar este trabalho.

À minha família e amigos que me incentivam a concretizar este estudo.

Resumo

De acordo com a revisão da literatura sobre a inclusão de pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (DID) (Silva & Coelho, 2014; Belo, Caridade, Cabral & Sousa, 2008; Luckasson, 2002, citado por Santos & Morato, 2012), a mesma contribui para o desenvolvimento, a todos os níveis, desta população. A maior parte dos estudos centra-se, no entanto, sobre a perspetiva de outros atores (pais, docentes, colegas) (Avramidis e Norwich, 2002; Boer, Pijl & Minnaert, 2010; Duhaney & Salend, 2000; Tafa & Manolitsis, 2002; Rafferty, Boettcher & Griffin, 2003; Kalyva, Georgiadi, & Tsakiris, 2007, entre outros, citados por Leitão & Silva, 2019). Relativamente à percepção de pessoas com DID sobre a sua inclusão, há estudos que indicam que os jovens se sentem realizados pessoal e profissionalmente, que têm autonomia e que decidem sobre a sua via diária, não estando socialmente isolados, apesar de existir algum protecionismo dos que os rodeiam. Os jovens com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais têm expectativas básicas como qualquer pessoa, apesar de, ao nível profissional, sentirem algumas dificuldades (Silva, Dias & Neves, 2016). Esta investigação teve como objetivo geral investigar como pessoas com DID percebem a sua inclusão no mercado de trabalho. De natureza qualitativa, as técnicas e os instrumentos utilizados foram a pesquisa documental e a entrevista semiestruturada com sujeitos com DID, em situação laboral. Os dados recolhidos na nossa investigação permitem-nos concluir que as pessoas com DID referem que a sua inclusão fortalece o seu grau de independência, que apesar de sentirem algumas dificuldades, as mesmas poderão ser amenizadas e que o salário que recebem permite um ganho de autonomia.

Palavras-chave: Inclusão Social; Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais; Percepção.

Abstract

According to the literature review on the inclusion of people with intellectual and developmental difficulties (DID) (Silva & Coelho, 2014; Belo, Caridade, Cabral & Sousa, 2008; Luckasson, 2002, citado por Santos & Morato, 2012), it contributes to the development, at all levels, of this population. Most of the studies, however, focus on the perspective of other actors (parents, teachers, colleagues) (Avramidis and Norwich, 2002, Boaf, Pijl and Minnaert, 2010, Duhaney and Salend 2000, Tafa & Manolitsis, 2002, Rafferty, Boettcher & Griffin, 2003; Kalyva, Georgiadi, & Tsakiris, 2007, among others, cited by Leitão & Silva, 2019). Regarding the perception of people with DID about their inclusion, there are studies that indicate that young people feel they are personally and professionally made, that they have autonomy and that they decide on their daily way, not being socially isolated, although there is some protectionism that surround them. Young people with intellectual and developmental difficulties has basic expectations like any other person, although at professional level they experience some difficulties (Silva, Dias & Neves, 2016). This research aimed to investigate how people with DID perceive their inclusion in the labor market. It is a qualitative research, and the techniques and instruments used were documental research and the semi structured interview with subjects with DID, in a labor situation. The data collected in our investigation allow us to conclude that people with DID indicate that their inclusion strengthens their degree of independence, that although they feel some difficulties, they may be lessened and that the salary they receive allows a gain of autonomy.

Keywords: Social Inclusion; Intellectual and Developmental Difficulties; Perception.

Abreviaturas

AAIDD – American Association on Intellectual and Developmental Disabilities

AAMR – American Association on Mental Retardation

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIF - Classificação Internacional da Funcionalidade

DID – Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental

ESTG - Escola Superior de Tecnologia e Gestão

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

PEA – Perturbação do Espectro do Autismo

PCDI - Pessoas com Deficiência e Incapacidades

QI – Quociente de Inteligência

Índice

Agradecimento	3
Resumo	4
Abstract	5
Abreviaturas	6
Índice	7
Introdução.....	9
Parte I – Enquadramento Teórico.....	11
1. – Inclusão Social	11
2. – Documentos norteadores da Inclusão Social e Educativa	13
3. – Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais.....	19
4. – Perceção.....	21
5. – Revisão de Literatura sobre a perceção de pessoas com DID relativamente à sua inclusão social	22
Parte II – Da Problemática aos objetivos	25
1. – Problemática.....	25
2. – Questão de partida	26
3. – Objetivos	27
Parte III – Enquadramento Metodológico	28
1. – Enquadramento do Estudo.....	28
2. – Operacionalização de Conceitos	29
3. – Técnicas e Instrumentos de Recolha e Tratamento dos Dados	29
3.1. – Pesquisa Documental	29
3.2 – Análise de Conteúdo	31
3.3 – Entrevista.....	32
4. – Caracterização do Contexto.....	34
5. – Caracterização dos Sujeitos Entrevistados	36

6. – Procedimentos	37
Parte IV – Análise e Discussão dos Dados.....	38
1. – Síntese global descritiva das entrevistas aos jovens com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais	38
1.1. Síntese descritiva.....	39
Parte V – Reflexões Finais	46
Referências Bibliográficas	49
Legislação.....	50
Anexos.....	52
Apêndices	53
Apêndice 1 – Guião das entrevistas aos jovens com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais	53
Apêndice 2 – Transcrição da entrevista ao sujeito A	55
Apêndice 3 - Transcrição da entrevista ao sujeito F	59
Apêndice 4 - Transcrição da entrevista ao sujeito AC	63
Apêndice 5 - Transcrição da entrevista ao sujeito N.....	70
Apêndice 6 - Análise à entrevista do sujeito A	74
Apêndice 7 – Análise à entrevista do sujeito F	76
Apêndice 8 – Análise à entrevista do sujeito AC	79
Apêndice 9 – Análise à entrevista do sujeito N.....	81

Introdução

A nossa sociedade cada vez mais é composta por uma população multicultural, com grande diversidade religiosa, socioeconómica e condições físicas e intelectuais, sendo necessário encerrar as diferenças como um valor e como um objeto de trabalho para que se possa considerar uma sociedade inclusiva. Existe um grande percurso a percorrer no que diz respeito à inclusão, apesar de existir legislação, na prática ainda há muito a fazer. Apesar da inclusão social ser uma preocupação de carácter humanístico, ainda existe muita exclusão social se pensarmos em relação à pobreza, por exemplo. Para a inclusão social todos os cidadãos têm de ter os mesmos direitos na sociedade, mas para tal tem de existir a aceitação das diferenças individuais, da sua valorização e aprendizagem através da cooperação, compreensão e ajuda mútua. No entanto estes processos são difíceis, em especial no que diz respeito à pessoas com deficiência, que são expostas à discriminação em todos os aspetos da sua vida social: escola, trabalho, grupo social e até na família.

As pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais são consideradas pela sociedade como pessoas com capacidade inferior de perceber o contexto socioambiental onde se encontram e por isso a sua participação na sociedade é muito limitada. Atualmente existe legislação para que as pessoas com deficiência tenham uma voz mais ativa na sua própria inclusão.

Estes pressupostos contribuíram para a problemática do presente trabalho, no sentido de verificar o que as pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais em situação laboral têm a dizer sobre a sua inclusão social e qual a sua opinião sobre este processo.

Dada a natureza do problema em estudo optou-se pela realização de um estudo qualitativo, estando o presente trabalho organizado em quatro partes, para além da introdução.

A primeira parte do trabalho inicia-se com o enquadramento teórico, sendo dividido em cinco pontos. O primeiro ponto está relacionado com o tema da inclusão social, debatendo as formas como é encarada presentemente por vários autores, o segundo ponto apresenta os documentos norteadores da inclusão social e educativa, fazendo alusão ao suporte legislativo, o terceiro ponto aborda a problemática das dificuldades intelectuais e desenvolvimentais (DID), apresentando a sua definição e conceptualização, o quarto ponto aborda a temática da percepção, apresentando a sua definição e conceptualização e no quinto e último ponto é efetuado uma revisão da literatura sobre a percepção de pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais sobre a sua inclusão social.

A segunda parte do trabalho inclui a problemática, questão e objetivos do estudo. Este estudo tem como propósito verificar qual a perceção que as pessoas com DID em situação laboral têm sobre a sua inclusão social. Pretendendo desta forma identificar dificuldades que os sujeitos entrevistados tiveram ou têm na sua vida laboral e perceber como se sentem os adultos entrevistados relativamente à sua inclusão social em meio laboral.

A terceira parte do trabalho abrange o enquadramento metodológico desta investigação. Nesta parte descreveu-se as opções metodológicas, o tipo e contexto da pesquisa, as técnicas de investigação, os sujeitos e a sua caracterização, assim como os procedimentos para a recolha, apresentação e análise de dados. Como instrumento de recolha de dados recorreu-se à aplicação de uma entrevista a quatro jovens com DID que estivessem em situação laboral.

A quarta parte do trabalho inclui a análise e discussão dos dados, organizando os dados recolhidos de modo a obter os resultados da investigação efetuada, considerando os objetivos definidos para o trabalho. A avaliação das entrevistas foi realizada a partir da análise de conteúdo a partir da qual fizemos uma leitura descritiva.

Finalmente, a quinta parte do trabalho, apresenta as reflexões finais onde surge os aspetos mais relevantes da perceção que os jovens com DID em situação laboral têm sobre a sua inclusão e também algumas recomendações para futuras investigações.

Parte I – Enquadramento Teórico

O enquadramento teórico permite compreender o significado de cada temática e a relação entre as mesmas. Para se efetuar um enquadramento teórico é necessário que se efetue uma revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica tem como objetivo “compreender e saber como é que em casos semelhantes, outros autores resolveram problemas semelhantes” (Ruas, 2017). Permite que seja efetuada pelo investigador uma compreensão e contextualização dos tópicos em investigação.

1. – Inclusão Social

A inclusão é uma das maiores conquistas sociais da atualidade, sendo considerada uma questão de direitos do ser humano, como o direito à educação. A inclusão, enquanto conceito, é uma preocupação de carácter humanístico.

A inclusão social contribui para a universalização ou extensão da cidadania, mas para ser compreendida temos de efetuar uma discussão e compreensão do conceito de exclusão social.

Exclusão social, segundo Sheppard (2006, citado por Borba & Lima, 2018), está relacionada com os grupos socialmente excluídos, que são aqueles que estão em situação de pobreza, de desemprego, por exemplo, e que estão privados dos seus direitos como cidadãos.

A exclusão é um impedimento, uma barreira elaborada socialmente em relação ao poder, é uma negação à cidadania, uma expressão direta de desigualdade social.

Uma das formas mais generalizada de exclusão é a pobreza.

Segundo Marshall (1988, citado por Faleiros, 2006) a cidadania define-se pelos direitos civis, políticos e sociais.

Em 2003, o relatório do estudo ‘Disability and Social Exclusion in the European Union’, levado a cabo pela European Commission DG Employment and Social Affairs, concluía que as pessoas com algum tipo de deficiência se encontravam entre as mais vulneráveis, relativamente ao risco de exclusão social, incluindo o risco de desemprego e pobreza. Estimava-se, para toda a União Europeia (UE), que a taxa de emprego entre pessoas com deficiência era inferior a metade da taxa de emprego entre pessoas não deficientes.

De acordo com este relatório, o Eurostat indicava, em 2001, que a proporção de pessoas com deficiência relativamente à população global da UE era de 12%, com pequenas variações nos Estados membros.

O relatório indicava uma alta percentagem de abandono escolar na União Europeia, apontando esta como uma das principais causas da futura exclusão social destas pessoas quando adultas.

Este relatório afirmava que os fatores mais importantes de exclusão relativamente às pessoas com deficiência eram, por ordem de importância: a falta ou limitação de acesso aos ambientes sociais e o desemprego, a falta ou limitação de acesso a bens e serviços, a estigmatização, a falta de formação ou treino adequados para o trabalho, a falta de serviços especializados, a inadequação dos sistemas educativos, a falta de políticas económicas direcionadas para a compensação dos custos extra com a deficiência, a má estrutura do sistema de apoio social e, por último, a vida forçada em instituições. Este estudo demonstrava que uma grande maioria das pessoas com deficiência (77,5%) se confrontava com dificuldades de manutenção das suas necessidades básicas, incluindo as económicas, agravadas pelas despesas acrescidas ligadas às suas dificuldades.

Em 2010, o documento ‘European Disability Strategy 2010 – 2020: A Renewed Commitment to a Barrier-Free Europe’ da Comissão Europeia, comprovava estes números, considerando que a taxa de pobreza na população com deficiência era cerca de 70% maior que a média para a população em geral, em grande parte devido às limitações no acesso ao emprego, considerando uma tendência para um aumento destes números devido ao aumento das complicações com o envelhecimento da população.

Foi devido a esse quadro que se elaboraram políticas de inclusão social, para que se efetuassem o resgate social das pessoas em situação de exclusão. Nesse sentido, quando se trata de inclusão social, o Estado deve ser responsabilizado pela implementação de programas que incentivem esse processo.

Sheppard (2006, citado por Borba & Lima, 2018) indica que inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade. “A cidadania social preocupa-se com a implementação do bem-estar das pessoas como cidadãos” (p.222).

Existem vários fatores associados à inclusão social como a justiça social, a solidariedade social, o acesso a bens e serviços, a igualdade educacional, os direitos democráticos e oportunidades comuns de participação política (Borba & Lima, 2018).

A inclusão social, nos anos 70 do século XX, na Europa, figurava entre os direitos sociais básicos. É entendida como a participação ativa de vários grupos de convivência social (Mazzotta & D'Antino, 2011).

Segundo Sassaki (1997) a inclusão social é um processo onde a sociedade se adapta de forma a incluir pessoas com necessidades educativas especiais nos seus sistemas sociais para posteriormente assumirem os seus papéis na sociedade.

Foi no relatório “European Disability Strategy 2010 – 2020” (2010), que se identificou oito grandes áreas de ação: Acessibilidade, Participação, Igualdade, Emprego, Educação e formação, Proteção social, Saúde, e Ação externa. A Comissão Europeia comprometeu-se a intervir nessas áreas, não só através da legislação a plicar em todos os Estado membros como também pela utilização de fundo europeus para o financiamento de programas para a promoção de inclusão.

O conceito de inclusão é um grande desafio a ser enfrentado pela escola comum, para que os alunos com ou sem deficiência possam exercer o direito à educação na sua plenitude. Incluir pessoas com deficiência pode ser um desafio para a escola comum, sendo uma provocação para a transformação e melhoria do ensino escolar como um todo. “A inclusão pressupõe reconhecer e aceitar as diferenças individuais como um atributo e não um obstáculo, valorizar a diversidade humana, como possibilidade de enriquecimento para todas as pessoas e o direito de pertencer e de não ficar fora” (Falconi & Silva, 2010, p. 5).

A inclusão, enquanto conceito, constitui uma conquista importante para todo o mundo. Pelo menos no papel, vai ao encontro das preocupações humanísticas.

2. – Documentos norteadores da Inclusão Social e Educativa

Para se perceber como é atualmente o processo da inclusão social das pessoas em situação de deficiência é necessário efetuar-se uma análise ao longo do tempo de como era encarada a deficiência.

Primeiramente existiu a exclusão, depois a segregação, a integração e nos tempos atuais, a inclusão, aos quais estão associadas práticas e conceções (Silva, 2009). A inclusão é um dos primeiros passos no processo de resgate social dos excluídos e está a cargo de políticas públicas.

Em Portugal, o 25 de abril de 1974 e a adesão à Comunidade Económica Europeia, em 1989, foram o início de um percurso até à inclusão social.

Com o Decreto-Lei 203/74, de 15 de maio, instituiu-se uma nova política social, implementou-se o modelo unificado e integrado de segurança social. A partir da segunda metade dos anos 70 foi criada a Pensão Social, que garantia benefícios sociais às classes em pior situação financeira. Posteriormente, esta medida foi alargada às pessoas com idade superior

a 65 anos, que não estivessem cobertos por qualquer regime previdencial, tal como aos cidadãos portadores de deficiência².

Foi na Constituição de 1976 que se consagraram os princípios da nova política social, onde se refere no n.º 2 do art.º 63 que “incumbe ao estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras”. No n.º 4 do art.º 63 refere-se que “o sistema de segurança social protegerá os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.”

Este documento dedica dois pontos fundamentais do art.º 71 às pessoas com deficiência:

1. “Os cidadãos física ou mentalmente deficientes gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.”

2.:

O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos deficientes, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efetiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores. (Constituição da República Portuguesa, 1976, Artigo 71º).

O art.º 74 da Constituição indica que “o Estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar.”

Em 1979 criou-se o conceito legal de IPSS, uma vez que apoiam várias valências no que respeita à proteção social, sendo elas próprias a prestar serviços aos cidadãos mediante subsídio pública¹. Foi também, em 1979, que se definiu o que se entendia por educação especial e quais os objetivos da mesma. “Entende-se por educação especial o conjunto de atividades e serviços educativos destinados a crianças e jovens que, pelas características que apresentam, necessitam de um atendimento específico”, os objetivos da educação especial são

o desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais de crianças deficientes, a ajuda na aquisição da estabilidade emocional, o desenvolvimento das potencialidades da comunicação, a redução das limitações e do impacto provocado pela deficiência, o apoio na inserção familiar, escolar e social, o desenvolvimento da independência a todos os níveis em que posso processar e a preparação para uma

¹ Decreto-Lei 119/83 de 25 de fevereiro

adequada formação profissional e a integração na vida ativa por parte dos jovens deficientes ².

No domínio do emprego, através do Decreto-Lei 519-A2/79, de 29 de dezembro, foi criado o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que ampliou a proteção social no desemprego.

Em 1981, a Organização das Nações Unidas considerou, esse ano, como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Também definiu princípios e prioridades relativos aos direitos destas pessoas com o Programa Mundial de Ação para as pessoas com deficiência. (Silva, 2016)

Posteriormente, na revisão de 1982 da Constituição Portuguesa, é acrescentada ao artigo 74º, dedicado ao ensino, que o papel do Estado é, segundo a alínea g), promover e apoiar o ensino especial para deficientes, e no ponto 1. a afirmação do Estado como garante a todos os cidadãos do “direito ao ensino e à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”.

Em 1984 publicou-se a Lei de Bases da Segurança Social, que estabeleceu objetivos como “proteger os trabalhadores e suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego involuntário e de morte, e garante a compensação de encargos familiares”, referindo ainda proteção às “pessoas que se encontram em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência”³. Esta lei reformulada, em 2000, pela Lei nº 17/2000, de 8 de agosto, sendo que os princípios do sistema são:

o princípio da universalidade, da igualdade, da equidade social, da diferenciação positiva, da solidariedade, da inserção social, da conservação dos direitos adquiridos e em formação, do primado da responsabilidade pública, da complementaridade, da garantia judiciária, da unidade, da eficácia, da descentralização, da participação e da informação (Decreto-lei 17/2000 de 8 agosto, artigo 4º).

No artigo 10º afirmou-se o princípio da inserção social que se traduz “na acção positiva a desenvolver pelo sistema tendente a eliminar as causas de marginalização e exclusão social e a promover as capacidades dos cidadãos para se integrarem na vida social.”

O documento, no artigo 26º, refere que cobre as seguintes eventualidades:

Ausência ou insuficiência de recursos económicos dos indivíduos e dos agregados familiares para a satisfação das suas necessidades mínimas e para a promoção da sua progressiva inserção social e profissional; Invalidez; Velhice; Morte; Insuficiência das

² Lei n.º 66/79, de 4 de outubro

³ Lei n.º 28/84, de 14 de agosto

prestações substitutivas dos rendimentos da atividade profissional, por referência a valores mínimos legalmente fixados; Pobreza, disfunção, marginalização e exclusão sociais.

“Foi, de facto, a adesão à CEE, em 1986, que veio marcar uma nova realidade para a sociedade portuguesa. Alterou-se a racionalidade das políticas públicas, abriram-se as portas ao acesso a fundos comunitários” (Caleiras, 2008, p. 8).

A adesão à CEE teve uma grande relevância na implementação de medidas de combate à exclusão social e à promoção da inclusão.

Em 1989, a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, que visava “promover e garantir o exercício dos direitos que a Constituição da República Portuguesa, consagrou os domínios da prevenção da deficiência, do tratamento, da reabilitação e da equiparação de oportunidades da pessoa com deficiência”⁴. No art.º 3 atribui uma grande carga política à reabilitação, sendo que a descreve como “processo global e contínuo destinado a corrigir a deficiência e a conservar, a desenvolver ou a restabelecer as aptidões e capacidades da pessoa para o exercício de uma atividade considerada normal.”

Este documento, no art.º 6, destaca a prevenção como “um conjunto de medidas plurissectoriais”, nas quais se incluem as de intervenção precoce, pela deteção precoce de “malformações, afeções congénitas ou adquiridas e de deficiências” no sentido de “evitar o seu agravamento e anular ou atenuar os seus efeitos” e “com vista ao estabelecimento de um programa de tratamento de reabilitação”.

O artigo 9º refere o papel da educação especial em “todos os níveis do ensino público, particular e cooperativo”, visando “o desenvolvimento integral da pessoa com necessidades educativas específicas, bem como uma integração plena na vida ativa”.

Relativamente à política de educação, segundo o artigo 19º, esta “deve garantir a integração nos estabelecimentos de ensino ou em instituições especializadas de pessoas com necessidades educativas especiais em condições pedagógicas, humanas e técnicas adequadas”.

Foram promulgadas também, em 1989, as Leis de Bases do Sistema Educativo, que definiu

o sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação e que se desenvolve através de um conjunto organizado de estruturas e ações diversificadas, por iniciativa e sob a responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas. (Lei n.º 46/89 de 14 de outubro)

⁴ Lei n.º 9/89 de 2 de maio

No ponto 3 do artigo 2º é garantido a todos os portugueses o “respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis.”

O artigo 4º refere que “o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar.”

A educação especial, tem ênfase no artigo 17º, que menciona que a mesma “visa a recuperação e integração socioeducativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas ou mentais”.

O artigo 18º afirma que a educação especial será integrada nos estabelecimentos de ensino regulares, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados. No entanto, de acordo com o tipo e grau de deficiência do educando, a mesma poderá processar-se em instituições específicas.

No artigo 25º é indicado que “nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de atividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades educativas específicas.”

Ao nível internacional começou também a desenhar-se uma perspetiva mais inclusiva de deficiência. As Nações Unidas tiveram um papel pioneiro com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien (1990) e, posteriormente, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que deu origem à Declaração de Salamanca (1994), onde acordaram os princípios fundamentais da escola e da educação inclusiva.

De acordo com a Declaração,

cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades, as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (Declaração de Salamanca e enquadramento da acção, ponto 2, p. 8/9)

Num âmbito mais geral, em termos sociais, é publicada em 2004, a Lei de Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 38/2004, de 18 de agosto, que define como objetivos a promoção da igualdade de oportunidades, na educação, no trabalho e na formação ao longo da vida, no acesso

a serviços de apoio, a uma sociedade para todos, sem barreiras, através da adoção de medidas que visem a plena cidadania e participação das pessoas com deficiência, como é definido no artigo 3º deste documento.

No artigo 6º é definido o “princípio da não discriminação”, que visa que “a pessoa não pode ser discriminada, direta ou indiretamente, por acção ou omissão, com base na deficiência”.

Em 2006 é publicada a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, que tem como objetivo:

Prevenir e proibir a discriminação, direta ou indireta, em razão da deficiência, sob todas as suas formas, e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, culturais ou outros, por quaisquer pessoas, em razão de uma qualquer deficiência. (Lei nº 46/2006 de 28 de agosto, artigo 1º)

Em 2008, o Decreto – Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, veio nortear a política e as práticas educativas relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais. Refere que o modelo do programa educativo individual tem de integrar os indicadores de funcionalidade obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade. Faz referência à importância da participação dos pais e encarregados de educação para a educação especial a prestar ao aluno, e redefine as adequações relativas ao processo de matrícula na escola, ao apoio pedagógico personalizado, passando por adequações curriculares individuais, adequações no processo de avaliação, tecnologias de apoio, currículo específico individual, programa educativo individual, plano individual de transição, criação de unidades de ensino estruturado e unidades de apoio especializado. Designa as modalidades específicas de educação: escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos, escolas de referência para alunos cegos e com baixa visão, respostas diferenciadas para PEA, multideficiência e surdo-cegueira congénita, unidades de ensino estruturado e especializado e a intervenção precoce na infância.

No ano seguinte é publicada a Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que consagra a obrigatoriedade escolar para todos os jovens dos seis aos dezoito anos de idade, ou aquando da obtenção do diploma de curso de nível secundário de educação, de forma universal e gratuita.

Este Normativo foi revogado pelo Decreto – Lei 54/2018, de 6 de julho, que concretiza o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social. Refere que não é necessário categorizar para intervir, excluindo a utilização da CIF, proporciona uma maior autonomia às escolas e aos seus profissionais e reforça o envolvimento/participação dos pais e encarregados de educação. Define que os princípios

orientadores da educação inclusiva são a educabilidade universal, equidade, inclusão, personalização, flexibilidade, autodeterminação, envolvimento parental, e interferência mínima.

Como recursos organizacionais específicos define a equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, o centro de apoio à aprendizagem e mantém recursos já existentes, que estavam presentes no anterior DL, atrás mencionado.

Em 2015, o Fórum Mundial de Educação, do qual resultou a Declaração de Insheon para a Educação 2030, apelou para que países, Estados, e organizações multilaterais e bilaterais, representantes da sociedade civil, dos docentes, da juventude e do setor privado, se compromettessem a assegurar para TODOS, o direito à educação, equitativa e inclusiva, de qualidade, tal como aprendizagem ao longo da vida (Silva, 2019, p. 18).

3. – Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

Existem várias discussões no campo das pessoas com características diferentes quando comparadas com os valores normativos. Quando a discussão entra no campo da deficiência mental, onde o próprio conceito descredibiliza a população, tudo se torna maior (Santos & Morato, 2012).

Ao longo da história tem-se verificado uma evolução em torno da conceptualização das pessoas vistas como deficientes.

No século XIX começou a haver interesse, do ponto de vista científico, sobre várias questões ligadas à deficiência mental (Silva & Coelho, Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental , 2014).

Nos anos 70 do século XX, Grossman passou a liderar a Associação Americana que editava o Manual para a classificação da Deficiência Mental. Foi a partir desse momento que

ocorreram dois grandes avanços significativos: a medida de insuficiência intelectual situava-se do ponto de vista qualitativo a partir de dois ou mais desvios-padrão abaixo da média ($<70-75$) e não de 1 desvio-padrão (<85) como era tida; a importância duma medida de adaptação assumia-se determinante pela avaliação do comportamento adaptativo (Morato & Santos, 2007, p. 52).

A partir dos anos 90 do mesmo século passou a utilizar-se o critério de insuficiência intelectual pelo estabelecimento do QI inferior a 70, associado a uma insuficiência do

comportamento adaptativo. Foi neste momento que se elaborou o sistema de classificação que definiria quatro categorias de deficiência intelectual (ligeira, moderada, severa e profunda).

Nos anos 80, a nomenclatura de necessidades educativas especiais veio substituir a nomenclatura de deficiência e foi a partir da década de 90 que começou a dar-se importância às necessidades de apoio e não ao nível de deficiência de cada pessoa (Morato & Santos, 2007). “Em vez que graus de deficiência intelectual, contempla-se a necessidade de apoio intermitente, limitado, extensivo e persistente ao nível de diversas dimensões do funcionamento (intelectual, adaptativa, emocional e física)” (Belo, Caridade, Cabral, & Sousa, 2008, p. 6).

Esta transformação originou uma mudança de perspetiva, uma vez que a deficiência intelectual deixou de ser vista como de natureza individual para passar a ter em conta a interação entre o sujeito e o meio envolvente. “A OMS (2004) advoga que, no momento atual de vida, é fundamental que se chegue a um acordo entre os termos a utilizar em cada idioma, avançando com os adjetivos de precisão, aceitabilidade e utilidade geral” (Santos & Morato, 2012, p. 2).

Atualmente a Associação Americana para as Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais (AAIDD) propôs a utilização de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID), uma vez que não se está preocupado com o nível de incapacidade da pessoa, mas sim com a funcionalidade da mesma. A pessoa, com as suas características próprias, deixou de ser objeto de estudo isolado para se ter em conta também a sua relação com o contexto.

A definição de DID centra-se na qualidade da interação entre o sujeito e o envolvimento. Indica que uma pessoa com DID pode assumir um papel ativo da sociedade se tiver um sistema de apoio adequado e individualizado. “A Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental é caracterizada por significativas limitações do funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo expresso em três domínios fundamentais: conceptual, social e prático (habilidades adaptativas). Esta Dificuldade manifesta-se antes dos 18 anos” (Morato & Santos, 2007, p. 54).

Segundo Luckasson (2002, citado por Santos & Morato, 2012), os indivíduos com DID são classificados de acordo com o tipo de apoio necessário para ultrapassarem as suas dificuldades. Existem quatro tipos de apoio:

- 1) Apoio intermitente – são necessários esporadicamente, o sujeito nem sempre necessita de apoio;
- 2) Apoio limitado – são caracterizados pela intensidade especialmente nos períodos críticos, são de natureza contínua;

3) Apoio extensivo – é um acompanhamento diário em contextos específicos (escola, casa);

4) Apoio permanente - são caracterizados pelas altas intensidades e constância, de estilo permanente.

Em abril de 2007 efetuou-se a mudança da Associação Americana para a Deficiência Mental (AAMR) para a Associação Americana para as Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais (AAIDD).

4. – Percepção

Para podermos abordar o conceito de percepção temos de discutir a relação sensação-percepção. O termo percepção tem origem etimológica no latim *perceptio*, *-ónis*, que significa ato ou efeito de perceber, receção e cobrança (Priberam, 2018).

Existem duas grandes concepções sobre a sensação e a percepção que fazem parte da tradição filosófica: a empirista e a intelectualista.

Para os empiristas, a sensação e percepção são causadas por estímulos externos que agem sobre os nossos sentidos. A sensação é algo pontual, um ponto externo de um objeto que ativa um dos nossos sentidos (uma cor, um odor, um sabor), a percepção é uma associação de sensações (vejo um objeto amarelo, sinto o cheiro das flores, sinto o sabor do peixe). “Cada sensação é independente das outras e cabe à percepção unificá-las e organizá-las numa síntese.” “O conhecimento sensível é também nomeado conhecimento empírico ou experiência sensível e suas principais formas são a sensação e a percepção” (Chauí, 2000, p. 152).

“Para os intelectualistas, a sensação e a percepção dependem do sujeito do conhecimento e a coisa exterior é apenas a ocasião para que tenhamos a sensação ou a percepção. O sujeito é ativo, sentir e perceber são fenómenos que dependem da capacidade do sujeito para decompor um objeto em suas qualidades simples (a sensação) e de recompor o objeto como um todo, dando-lhe organização e interpretação (a percepção)” (Chauí, 2000, p. 152).

Segundo a mesma autora (2000), a percepção é a relação que um sujeito tem com o mundo exterior, a percepção depende do nosso corpo, do mundo, dos nossos sentidos, depende tanto do exterior como do interior. “A percepção é uma conduta vital, uma comunicação, uma

interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre o nosso corpo e o mundo.

A percepção é uma maneira fundamental de os seres humanos estarem no mundo, uma vez que envolve toda a nossa personalidade, a nossa história pessoal, a nossa afetividade, os nossos desejos e as nossas paixões (p. 154 e 155).”

“A percepção não é o resultado imediato da estimulação ou sensação, mas é a consequência da atuação de uma série de processos envolvidos, influenciados em termos neurofisiológicos, que desenvolvem e transformam de maneira ativa os estímulos ambientais e que condicionam a interpretação mais ou menos automática que a pessoa efetua da informação que recebe” (Coll, Marchesi, & Palácios, 2004, p. 390).

5. – Revisão de Literatura sobre a percepção de pessoas com DID relativamente à sua inclusão social

O estudo de Neves (2014) incidiu sobre a percepção que as pessoas com DID têm sobre a sua inclusão social. As conclusões do estudo indicam que os jovens conseguem distinguir claramente sobre realização profissional e realização pessoal e também entre atividades profissionais preferidas e atividades de lazer. Também nos indica que os jovens têm autonomia e decidem sobre a sua vida diária e que não estão socialmente isolados. Apesar de termos indicação de que muitas pessoas com deficiência têm algumas restrições de socialização, por questões de protecionismo dos que as rodeiam, estes jovens possuem relações afetivas dentro e fora do núcleo familiar. Os jovens cumprem expectativas básicas de qualquer pessoa, casar, ter filhos e terem um trabalho, apesar de sentirem algumas dificuldades ao nível profissional, outras de carácter mais genérico, mas têm superado algumas dessas dificuldades com a ajuda de pessoas próximas.

Dias (2014) elaborou um estudo que refletiu a percepção das pessoas com DID sobre a sua transição para a vida ativa, como então se designava a transição para a vida pós-laboral. As conclusões do estudo revelam que o centro de formação é muito importante para esta transição. Não só dá continuidade ao atendimento educacional, como também abre alguns horizontes, ajuda os jovens a perceber a sua vocação profissional, como também a possibilidade de virem a conseguir um emprego.

Os jovens entrevistados consideram que para encontrar e desenvolver uma atividade profissional é necessário a ajuda de pessoas próximas, do centro de formação ou dos locais de formação profissional. Por outro lado, “para estes jovens ser adulto é sinonimo de se saber estar em sociedade, é ter uma profissão/trabalho, é ganhar dinheiro, é constituir uma família, é o procurar ser feliz. Os jovens por nós inquiridos estão sensíveis à realidade envolvente e têm percepção da sua diferença” (p. 86).

As relações sociais dos jovens estabelecem-se essencialmente na escola e no núcleo familiar, os jovens têm um elevado grau de insegurança e dificuldade em acreditar nas suas competências, mas têm vontade de ingressar no mercado de trabalho para terem a sua própria família e ajudarem a mãe, apesar de terem receio de que este desejo não se concretize.

O estudo de Nunes (2014) refletiu as expectativas que os jovens com DID têm face à sua inclusão na sociedade. Concluiu que a maioria dos jovens têm perspectivas favoráveis sobre a sua inclusão na sociedade, percebeu que a formação profissional é um “forte trampolim na inclusão social, não descurando a importância da família e das relações sociais” (p. 102).

Gardou (2011) efetuou a reflexão sobre as formas de entender e tomar em consideração a deficiência. Segundo este autor, nossa sociedade está a ser animada por dois movimentos divergentes: o da febre de modernidade e de futuro e o da resistência, ainda olhamos para os pares em situação de deficiência de forma diferente.

“Há que, claramente, tomar plena consciência de que a deficiência não resulta exclusivamente da deficiência ou da pessoa em si, mas, por um lado, da forma como os espaços de educação, de cultura, de trabalho e, de modo geral, a sociedade a considera e, por outro, as respostas que esses lhe dão” (Gardou, 2011, p. 15).

Tem de existir uma mudança que consiste na “audácia de pensarmos contra o conformismo, contra nós próprios”, é necessário pensarmos em novos princípios de vida, tendo em conta todas as pessoas, com ou sem necessidades educativas especiais.

“A transformação exigida não pode ser desencadeada senão por um processo coletivo, mobilizador de recursos de diferentes atores sociais e não só de pessoas diretamente afetadas ou militantes da causa dos deficientes” (p. 16).

O autor refere que a nossa sociedade está a tornar-se, cada vez mais, individualista, sonhamos em ser donos do mundo, dando lugar ao culto de excelência e de performance e também à competição e concorrência. “Aqueles que a deficiência fragiliza têm de provar que podem entrar na lógica da lei do mais forte, do combate para existir, ainda que este esteja

viciado pelas assimetrias e injustiças” (p. 17). A deficiência não pode ser considerada um atributo da pessoa, não se pode pensar que tem um lugar predeterminado por ter uma deficiência, é necessário verificar a singularidade e as necessidades de cada um e então encontrar uma solução à medida. Ainda existe um longo caminho a percorrer relativamente à deficiência, mas temos de nos consciencializar que somos feitos para viver em grupo e temos de criar acessibilidades para todos e mais confortáveis, “o que é facilitador para uns é benéfico para outros” (p. 20).

Parte II – Da Problemática aos objetivos

Neste capítulo, explicita-se a problemática da investigação e a sua pertinência, a questão de partida, e por fim, objetivos da investigação.

1. – Problemática

A problemática da investigação, segundo Quivy & Campenhoudt (1995, citado por Neves, 2014), é a abordagem ou a perspetiva que se decide adotar para tratar o problema formulado pela questão de partida. A problemática é o conjunto dos fatores que fazem com que o investigador se consciencialize de um determinado problema (Laville & Dionne, 1999).

Desde os anos noventa do século XX que, ao nível internacional, se tem perspetivado a inclusão de pessoas com deficiência com a adoção de várias políticas, e na última década com mais ênfase.

Em Portugal, somente a partir da década de dois mil é que foi expressa essa tendência, com a publicação da Lei de Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência, Lei 38/2004, de 18 de Agosto, e com a republicação em 2005 do Despacho Conjunto 105/97, de 1 de Julho, no âmbito do ensino, cuja versão é de 1997.

As organizações e responsáveis políticos reconhecem, nos seus discursos e legislação, o direito das pessoas com deficiência serem incluídas e de terem uma voz ativa nesse sentido, mas muito pouco é feito no sentido da facilitação da sua expressão. Quando se discute o tema da inclusão, as pessoas com deficiência, em particular as que têm dificuldades intelectuais e desenvolvimentais, raramente participam nessa discussão, não são chamadas para dizerem o que pensam, o que sentem sobre a temática.

No dia 17 de Setembro de 2007 foi redigida a “Declaração de Lisboa – Pontos de vista dos jovens sobre Educação Inclusiva”. Esta declaração abrange o que os jovens com necessidades educativas especiais salientam sobre os seus direitos, necessidades, desafios e recomendações para se conseguir uma educação inclusiva de sucesso.

A Declaração contou com as propostas de jovens de 29 países, que frequentavam o ensino secundário profissional e o superior.

Relativamente aos direitos indicaram que têm de ser respeitados, têm de ter as mesmas oportunidades, mas com apoio necessário. A sua opinião, decisões, e escolhas, terão de ser ouvidas. Pretendem ser autónomos, tendo em conta as suas necessidades, e que toda a sociedade os compreenda e respeite os seus direitos. Às melhorias, na sua educação, destacaram que

apesar de existir um apoio satisfatório relativamente a esta é necessário que exista mais progressos. As acessibilidades aos edifícios melhoraram, a sociedade começou a ter mais consciência das questões relativas à deficiência, e a tecnologia informática também evoluiu, uma vez que os livros digitais bem estruturados passaram a estar disponíveis. Assinalaram desafios e necessidades, onde referiram que as “acessibilidades são diferentes para pessoas diferentes” (“durante as aulas e exames alguns necessitam de mais tempo, é necessário apoio pessoal de assistentes nas aulas, e também necessitam de materiais didáticos adaptados”). Deveriam ter “liberdade de escolha de áreas de estudo”, os conteúdos e competências adquiridas deveriam ter significado para a sua vida, seria necessário aconselhamento ao longo do percurso escolar, sublinhando a existência de algum desconhecimento sobre deficiência.

Por último, evidenciaram que para se ter uma educação inclusiva é necessário que cada um possa escolher a escola que pretende frequentar, as condições têm de ser as mais adequadas, ou seja, professores formados, apoios e recursos necessários. Quanto aos professores, estes têm de estar motivados, informados e compreenderem as necessidades dos jovens com necessidades educativas especiais. Reconhecendo os benefícios que a educação inclusiva tem, não só para os jovens com necessidades educativas especiais como para toda a gente, destacaram que “a educação inclusiva com apoio individualizado e especializado é a melhor preparação para o ensino superior”.

Existem vários estudos que indicam que a inclusão das pessoas com DID é muito importante para as mesmas. No entanto há pouca informação, por parte das mesmas, sobre a importância que atribuem a estar incluídos no mercado de trabalho, questão que constitui a problemática desta investigação.

2. – Questão de partida

A questão de partida é importante para compreender de forma mais clara como devemos conduzir a investigação. “Quanto melhor for definida a pergunta a investigar, melhor estruturado e conseqüentemente mais facilitado, será todo o processo de investigação” (Ruas, 2017, p. 71)

Este estudo, de acordo com a problemática atrás enunciada, tem como questão de partida:

- Que perceção têm pessoas com DID sobre a sua inclusão no mercado de trabalho?

3. – Objetivos

3.1. Geral

Analisar como pessoas com DID percecionam a sua inclusão no mercado de trabalho.

3.2. Específicos

- Identificar dificuldades que os sujeitos entrevistados tiveram ou têm na sua vida laboral;
- Perceber como se sentem os adultos entrevistados relativamente à sua inclusão social em meio laboral.

Parte III – Enquadramento Metodológico

Neste capítulo, explicita-se a metodologia adotada, a população, a amostra, os instrumentos de recolha de dados, e por fim, os procedimentos adotados.

1. – Enquadramento do Estudo

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que o investigador se preocupa com a forma como é desenvolvido o processo de investigação. O investigador estuda as situações reais e os sujeitos de forma a conhecê-los.

Segundo Reichardt e Cook (1986), o paradigma qualitativo tem como características:

advoga o emprego de métodos qualitativos, é interessado em compreender a conduta humana a partir dos próprios pontos de vista daquele que atua, utiliza uma observação naturalista e sem controlo, é subjetivo, é fundamentado na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo e indutivo, é orientado para o processo, utiliza estudo de casos isolados e assume uma realidade dinâmica (Carmo & Ferreira, 1998, p. 177).

Para se compreender os métodos qualitativos, iremos enunciar algumas das suas características: indutiva (os investigadores desenvolvem conceitos para compreender os fenómenos a partir da recolha de dados), holística (os investigadores estudam a realidade global, os indivíduos ou situações não são reduzidos a variáveis, são vistos como um todo) e naturalista (os investigadores utilizam situações reais como fonte de dados).

Os investigadores são sensíveis ao contexto; procuram compreender os sujeitos através da vivência da sua realidade, demonstrando empatia; estudam os sujeitos como pessoas, experimentando a sua vida diária e são mais interessados no processo de investigação do que unicamente nos resultados ou produtos que dela decorrem (Carmo & Ferreira, 1998, p. 180)

Segundo Bogdan e Biklen (1994) o investigador é o instrumento da recolha de dados e em investigação qualitativa a “preocupação central não é a de saber se os resultados são suscetíveis de generalização, mas sim a de que outros contextos e sujeitos a eles podem ser generalizados.” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 181)

“Guba e Lincoln (1981) sublinharam alguns aspetos metodológicos associados aos processos de investigação qualitativos, incluindo a necessidade de circunscrever limites e encontrar uma linha orientadora para garantir que o processo seja credível, apropriado, consciente, confirmável e neutral” (Tuckman, 2005, p. 510)

2. – Operacionalização de Conceitos

Neste estudo entendemos como:

- Inclusão Social, como um processo onde a sociedade se adapta de forma a incluir pessoas com necessidades educativas especiais nos seus sistemas sociais para posteriormente assumirem os seus papéis na sociedade (Sassaki, 1997)

- Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID), definida por significativas limitações do funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo, expresso em três domínios fundamentais: conceptual, social e prático (habilidades adaptativas). Esta Dificuldade manifesta-se antes dos 18 anos (AAIDD, 2007).

- Percepção é a relação que um sujeito tem com o mundo exterior, é uma conduta vital, uma comunicação, uma interpretação e uma valoração do mundo, a partir da estrutura de relações entre o nosso corpo e o mundo (Chauí, 2000).

3. – Técnicas e Instrumentos de Recolha e Tratamento dos Dados

Tendo em conta as questões de partida e os objetivos, selecionaram-se as seguintes técnicas e instrumentos de recolha de dados: a pesquisa documental, a entrevista.

3.1. – Pesquisa Documental

A pesquisa documental é muito importante no processo de investigação. “Esta visa selecionar, tratar e interpretar informação bruta existente em suportes estáveis com vista a dela extrair algum sentido.”

“A pesquisa documental assume-se como passagem de testemunho, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 59). É indispensável para não se correr o risco de se estudar o que já foi estudado, “é uma forma de obtenção de dados secundários conduzida a partir de documentos existentes produzidos por outros autores, enquadra-se no âmbito da revisão bibliográfica” (Ruas, 2017, p. 124)

As fontes documentais podem ser variadas. Saint-Georges (1997, citado por Neves, 2014) refere as fontes não escritas e fontes escritas, e dentro destas, as fontes oficiais e fontes não oficiais, e ainda as fontes estatísticas ou de carácter numérico. As fontes não escritas incluem objetos materiais, fontes orais, fotografias, rádio, televisão. Dentro das fontes escritas, estão as fontes oficiais, que podem tipificar-se em dois grupos: as publicações oficiais e os documentos não publicados. As publicações oficiais são as que dependem de autoridades

públicas, como por exemplo o Diário da República e as publicações oriundas da Administração Central, Regional e Local. Os documentos não publicados são de entidades privadas, coletividades ou pessoas, por exemplo os regulamentos, circulares e as normas internas (Carmo & Ferreira, 1998). As fontes escritas não oficiais incluem publicações periódicas como revistas, jornais, livros, enciclopédicas e bibliografias.

Quanto às fontes estatísticas, poderão ser excelentes fontes de informação, mas tem de se ter consciência que não passam de simples instrumentos ao serviço do investigador tendo potencialidades e limitações. As suas potencialidades consistem em exprimir grandes tendências nos campos demográfico, social, económico e social, que de outra forma não seria perceptível e permitem visões de conjunto indispensáveis a quem pretende entender certos fenómenos sociais complexos, numa perspetiva holística. As suas limitações residem nas estatísticas, que são elaboradas por pessoas com critérios de categorização e arrumação discutíveis. São concebidas não para clarificar a realidade, mas para justificar prévias interpretações sobre essa mesma realidade. Os seus conceptores não têm os mesmos interesses que os investigadores, o que leva a não terem em conta os mesmos critérios classificatórios (Carmo & Ferreira, 1998).

O investigador para extrair informações da documentação, primeiramente, tem de investigar, examinar, usar técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; seguir etapas e procedimentos; organizar informações para serem categorizadas e posteriormente analisadas e por fim, elaborar sínteses. Segundo Cellard (2008, citado por Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009) primeiramente tem de se efetuar uma avaliação preliminar dos documentos (primeira etapa da análise documental) e, para tal, é necessário aplicar cinco dimensões: o contexto, “tem de se avaliar o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sociopolítico do autor e daqueles a quem foi destinado” (p. 8); o autor, “elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade do texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição que transparece de uma descrição, as deformações que puderam sobrevir na reconstituição de um acontecimento” (p. 9); a autenticidade e a confiabilidade do texto, “é necessário verificar a origem do documento para se assegurar a qualidade da informação transmitida” (p. 9); a natureza do texto, existem documentos de natureza teológica, médica ou jurídica e os conceitos-chave e a lógica interna do texto, os conceitos-chave são necessários para se avaliar a sua importância e o seu sentido, a lógica interna do texto é importante para se comparar vários documentos da mesma natureza.

“A análise documental tem de ser desenvolvida através discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico. No caso da análise de documentos recorre-se geralmente para a metodologia da análise do conteúdo” (Sá-Silva, Almeida, & Guindani, 2009, p. 11).

Neste estudo considerámos como pesquisa documental toda a bibliografia de apoio utilizada e também documentação de caracterização da instituição X.

3.2 – Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo tem como objetivo analisar o conteúdo das mensagens difundidas através dos meios de comunicação para decifrar o conteúdo e o impacto as mensagens pretendem produzir.

Berelson (1952, 1968, citado por Carmo & Ferreira, 1998) define a análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer uma descrição onjetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo como objetivo a sua interpretação” (p. 251).

Segundo Krippendorff (2004, citado por Ruas, 2017), para que a análise de conteúdo seja bem sucedida deverá responder a seis questões fundamentais: “que tipo de dados serão analisados, como são esses dados definidos, qual é a população a partir da qual os dados são analisados, qual é o contexto em relação ao qual os dados são analisados, quais são as fronteiras de análise e qual é o alvo da inferência desses dados” (p. 125).

“O sucesso da investigação utilizando a metodologia de análise de conteúdo depende em grande medida do processo de codificação da informação” (Ruas, 2017, p. 125).

Segundo Grawitz (1993, citado por Carmo & Ferreira, 1998) existem vários tipos de análise de conteúdo: a análise de exploração e análise de verificação, a análise quantitativa e análise qualitativa e a análise direta e análise indireta. A análise de exploração tem como finalidade a exploração, é uma análise sistematizada e apresenta inconvenientes uma vez que podem ser deixados fora do campo de estudo elementos essenciais. A análise de verificação tem como objetivo a verificação de uma hipótese, é uma análise que não tem como base hipóteses previamente definidas, não conduz geralmente a resultados apreciáveis. A análise quantitativa refere que o mais importante é o que aparece com mais frequência e a análise qualitativa realça o valor que o tema tem, o seu interesse. A análise direta é mais utilizada na análise quatitativa uma vez que é o modo mais simples de prodecir, por exemplo verificar quantas vezes é referido um tema na comuncação social. A análise indireta procura interpretar

o que se encontra latente sob a linguagem expressa, é geralmente utilizada na análise qualitativa.

Para se efetuar uma análise de conteúdo é necessário um certo número de etapas, “a definição dos objetivos e do quadro de referência teórico, a constituição de um corpus, a definição de categorias, a definição de unidades de análise, a quantificação e a interpretação dos resultados obtidos” (Carmo & Ferreira, 1998, pp. 253, 254).

3.3 – Entrevista

Existem três tipos de entrevistas: as entrevistas estruturadas ou formais, as entrevistas semiestruturadas e as entrevistas não estruturadas ou informais. A entrevista estruturada constrói-se como um questionário uniformizado (Laville & Dionne, 1999). A entrevista semiestruturada são “perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (Laville & Dionne, 1999, p. 188). A entrevista não estruturada é uma entrevista em que o entrevistador se apoia em alguns temas e em perguntas iniciais, mas que vai improvisando perguntas de acordo com as respostas obtidas pelo entrevistado (Laville & Dionne, 1999).

A interação direta é uma das características mais importantes na técnica de entrevista (Carmo & Ferreira, 1998). “O objetivo de qualquer entrevista é abrir a área livre dos dois interlocutores no que respeita à matéria da entrevista, reduzindo, por consequência, a área secreta do entrevistado e a área cega do entrevistador” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 126)

Antes da entrevista, temos de efetuar alguns passos como a definição de objetivos, a construção de um guião, escolher os entrevistados e preparar os entrevistados. Quando definirmos os objetivos, posteriormente teremos de verificar se com a entrevista os objetivos serão alcançados. Na construção do guião, primeiramente temos de definir as variáveis a operacionalizar, de acordo com os objetivos e, depois, temos de transformar as variáveis em perguntas.

A escolha dos entrevistados tem de ser adequada aos objetivos. Na preparação dos entrevistados temos de garantir a disponibilidade dos mesmos no ato da entrevista, temos de informá-los sobre os objetivos da entrevista, sobre os motivos de os termos escolhidos, sobre o tempo de duração da entrevista e também combinar a data, hora e local para a realização da entrevista (Carmo & Ferreira, 1998).

Na entrevista, a recolha de dados tem de ser efetuada durante a mesma. Temos de escolher a questão inicial, uma vez que “os primeiros momentos são cruciais por determinarem

a criação de um clima de confiança ou de desconfiança difusa que vai refletir-se ao longo das negociações” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 135). Pode e deve-se utilizar um gravador para facilitar o registo das respostas (Laville & Dionne, 1999), tal como ter presente que saber escutar é importante, respeitando os silêncios que por vezes ocorrem no discurso do entrevistado. Após a entrevista “é sempre útil registar as observações sobre o comportamento verbal e não verbal do entrevistado, bem como o ambiente em que a mesma decorreu” (Carmo & Ferreira, 1998, p. 136).

Para a análise dos dados é necessário, dependendo do tipo de perguntas da entrevista, efetuar uma codificação das respostas. “A codificação é o processo que visa reduzir os dados a uma forma na qual as semelhanças e as diferenças a nível das respostas podem ser classificadas segundo tabelas” (Tuckman, 2005, p. 354) No guião da entrevista pode-se colocar respostas pré-codificadas, que o entrevistado nunca vê, e posteriormente à medida que o entrevistado vai falando pode-se verificar qual a resposta que melhor se ajusta.

Para as entrevistas que realizámos nesta investigação, definimos como blocos e como objetivos específicos, os seguintes:

Quadro nº 1. Blocos e Objetivos Específicos da Entrevista

Blocos	Objetivos específicos
A - Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados.	- Explicitar o objetivo da entrevista; - Assegurar a confidencialidade da entrevista; - Pedir autorização para o registo gravado das entrevistas.
B - Caracterização dos entrevistados.	- Recolher informações que permitam caracterizar biograficamente cada entrevistado. - Perceber como teve conhecimento da instituição e como a mesma é importante para a sua inclusão
C - Atitudes percecionadas pelos entrevistados.	- Conhecer as atitudes para com a inclusão referidas pelos entrevistados.
D - Dificuldades sentidas pelos entrevistados.	- Perceber as dificuldades com que os entrevistados se confrontam.
E - Apetências dos entrevistados.	- Conhecer as apetências dos entrevistados.
F - Realização profissional.	- Saber se o entrevistado se sente realizado com a sua profissão; - Perceber se a atividade profissional que desempenha corresponde àquela que gostaria de desempenhar. - Saber quais são as razões que o conduziram ao desempenho dessa atividade. - Saber a importância que o entrevistado atribui ao trabalho.

G - Realização pessoal.	- Identificar aspetos relativos à realização pessoal dos entrevistados.
-----------------------------------	---

4. – Caracterização do Contexto

X foi fundada em 1972 por um grupo de pais e de amigos que sentiram a necessidade de criar uma resposta para colmatar a inexistência de respostas sociais dirigidas aos indivíduos com deficiência.

Esta instituição foi fundada com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência mental e incapacidade. Começou a sua atividade prestando apoio a apenas cinco crianças.

Ao longo dos anos, devido à procura de respostas sociais nesta área pelos seus utentes, e de modo a que estes adquirissem capacidades e competências, a X aumentou o seu leque de serviços e de respostas.

A instituição tem ao dispor dos seus utentes seis valências: Unidade de Qualificação e Emprego, Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), Lar Residencial, Residências Autónomas, Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) e o Protocolo do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Esta organização possui cinco espaços distribuídos pela cidade de Évora, com seis unidades de intervenção direta a utentes e sus famílias. Neste momento dá apoio a 684 utentes no total.

Atualmente, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com forma jurídica de associação. A sua área de intervenção é sobretudo a deficiência/necessidades educativas especiais. A sua população é constituída, sobretudo, por adultos com deficiência e incapacidades, crianças dos 0 aos 14 anos com medidas adicionais à aprendizagem e à inclusão, que frequentam o ensino regular, famílias excluídas ou em risco de exclusão, que têm direito a beneficiar do Rendimento Social de Inserção (RSI). A estrutura de funcionamento interna da X encontra-se representada no organograma.⁵

A instituição X desenvolve atualmente um projeto que se designa por Contrato Local de Desenvolvimento Social 3ª Geração (CLDS 3G). Este projeto divide-se em quatro eixos. O primeiro assenta no emprego, formação e qualificação; o segundo refere-se à intervenção

⁵ Anexo nº 1

familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; o terceiro diz respeito à capacitação da comunidade e das instituições e, por fim, o quarto traduz-se no auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades. O projeto destina-se não só a pessoas com deficiência e incapacidades (PCDI), mas sim, a toda a comunidade. O seu grande objetivo é que os utentes adquiram, renovem e atualizem os seus conhecimentos e competências, aumentando as suas aptidões pessoais e profissionais, de forma a garantir uma integração plena na sociedade.

Existe também um projeto que tem como nome curso de reabilitação profissional de traumatizados crânio-encefálicos e outras lesões cerebrais adquiridas. Este projeto destina-se a pessoas que sofreram algum tipo de lesões cerebrais, mais concretamente algum traumatismo craniano encefálico, AVC e/ou tumor. Pretende apoiar estas pessoas, reintegrando-as na sociedade, pela via do trabalho, através da otimização das suas competências pessoais.

O projeto divide-se em duas fases. A primeira ocorre durante seis meses e caracteriza-se por uma reabilitação funcional que remete para a recuperação e atualização de competências pessoais e sociais (ganhas em atividades individuais, como por exemplo fisioterapia ou terapia da fala, e de grupo, como por exemplo treino cognitivo e desporto adaptado); para além destas atividades também têm experiência numa área de formação das quatro existentes. Na segunda fase, aqueles que quiserem podem ingressar numa formação profissional nas áreas acima mencionadas ou podem ser encaminhados para formação numa outra instituição ou integrados no mercado de trabalho.

A instituição também tem pensado um projeto para o futuro, que se designa por Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI). Este projeto consiste na assistência pessoal às PCDI para a realização das Atividades de Vida Diária (AVD'S), que os indivíduos consideram necessário, contribuindo assim para que estas pessoas vivam de forma independente. Destina-se a indivíduos com idade superior a 16 anos, e com um grau de incapacidades igual ou superior a 60%.

Através dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI) os próprios indivíduos, que necessitam de apoio, ou os seus representantes solicitam um assistente pessoal. O assistente pessoal tem como objetivo promover a autodeterminação, maximizando a participação e a qualidade de vida bem como a independência das PCDI. Com este projeto as PCDI passam de sujeitos passivos para sujeitos ativos, em que escolhem, decidem, e assumem, o controlo da sua vida, definindo os apoios de que necessitam, bem como o número de horas que necessitam de apoio.

5. – Caracterização dos Sujeitos Entrevistados

Quadro nº 2. Caraterização dos Sujeitos entrevistados

Sujeitos	Idade	Género	Habilitações	Formação obtida na Instituição	Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais
A	22	Feminino	9º ano de escolaridade	Ajudante de Cozinha	Síndrome de Down
F	28	Masculino	9º ano de escolaridade	Jardinagem	Deficiência Intelectual
AC	43	Feminino	Formação Superior	Nenhuma	Esclerose Múltipla
N	55	Masculino	4ª ano de escolaridade	Nenhuma	DID e Deficiência Auditiva

A e F, após terminarem a formação na instituição, iniciaram o programa de estágios de inserção para pessoas com deficiência e incapacidades do IEFP. Esta medida tem como objetivo “complementar e aperfeiçoar as competências das pessoas com deficiência e incapacidade e potenciar o seu desempenho profissional, de forma a facilitar a sua integração ou reinserção no mercado de trabalho.”

Os estágios têm uma duração de 12 meses, não prorrogáveis. Tem como apoio aos estagiários uma bolsa de estágio mensal, cujo valor é fixado de acordo com o nível de qualificação, refeição ou subsídio de alimentação, transporte, seguro de acidentes de trabalho, e apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação. Após o término desta medida, passa-se para a medida de Emprego Apoiado em Mercado Aberto.

Todos os indivíduos entrevistados encontram-se na medida acima mencionada. Esta medida tem como objetivo “proporcionar às pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida o exercício de uma atividade profissional e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração, sempre que possível, em regime normal de trabalho.”

Esta medida oferece, também, uma retribuição monetária, aferida proporcionalmente à de um trabalhador com capacidade normal para o mesmo posto de trabalho, de acordo com a graduação da sua capacidade, que não pode ser inferior ao valor de retribuição mínima garantida ou retribuição idêntica à de um outro trabalhador para as mesmas funções ou posto de trabalho, desde que a diferença seja objeto de compensação pelo IEFP e apoio técnico no âmbito do acompanhamento pós-colocação.

6. – Procedimentos

A partir da questão de partida e dos objetivos definidos foi elaborado um guião que serviu de base para as entrevistas semiestruturadas feitas aos quatro sujeitos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais.

O guião serviu de orientação para a primeira organização e seleção do material recolhido a ser sujeito de análise de conteúdo, através de uma leitura de todos os registos de informação, da qual se definiram algumas categorias iniciais de análise ou pré-categorias, de carácter orientador e com a função de facilitar a sistematização da informação obtida, permitindo fazer uma avaliação das possibilidades de análise.

Procedeu-se, de seguida, a uma leitura detalhada dos registos de informação previamente transcritos, e em cada documento, sublinhou-se as partes significativas do discurso, de acordo com as pré-categorias definidas. Neste processo foi-se formulando subcategorias mais específicas, à medida que novos elementos de informação relevante iam surgindo. Por sua vez, o conjunto das várias subcategorias estabelecidas foi sendo inserido nas várias pré-categorias, o que permitiu a criação de novas categorias relevantes para a investigação, num processo contínuo.

Todo este processo foi concretizado em documentos próprios, um para cada entrevista e com o título “Transcrição da entrevista ao sujeito X”, em que X é a referência a cada sujeito entrevistado, constando nestes documentos as categorias, respetivas subcategorias e indicadores selecionados a cada uma. O número de indicadores presentes em cada subcategoria foi então contabilizado, dando assim uma informação da frequência dos mesmos por subcategorias, perspetivando um conjunto de preocupações de cada entrevistado relativamente a determinados assuntos alocados às respetivas subcategorias. Esta contagem permitiu uma comparação da importância que os vários entrevistados parecem dar relativamente a esses mesmos assuntos.

Como resultado, por cada documento de análise foi elaborado um documento de síntese, onde se indicam as categorias e as respetivas subcategorias, estas ordenadas de forma decrescente da frequência dos respetivos indicadores. Foi elaborado um documento de síntese global relativamente ao conjunto das quatro análises efetuadas às entrevistas dos jovens com DID, constando todas as categorias e respetivas subcategorias determinadas, acompanhado da indicação da frequência dos respetivos indicadores.

Parte IV – Análise e Discussão dos Dados

1. – Síntese global descritiva das entrevistas aos jovens com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

Quadro nº 3. Síntese global das entrevistas aos jovens com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais

Categorias / Subcategorias	
✓ Inclusão social	• É haver trabalho para todos • É um direito • Importante para a realização pessoal • Corresponde a Independência
✓ Atitudes percecionadas sobre a inclusão	• De Boa relação com os colegas • De Respeito • De Preocupação • De Amizade • De Entreaajuda • De Exclusão
✓ Dificuldades	• Descascar ovos (motricidade fina) • Tirar a carta de condução • Cansar-se facilmente • A Ansiedade • Poder frequentar locais públicos • Conduzir para longas distâncias
✓ Apetências	• Dançar • Fazer Atletismo
✓ Atividades preferidas ao nível do trabalho	• Descascar alimentos • Fazer comida • Atender o público • Tratar dos animais • Programar eventos
✓ Atividades preferidas ao nível do lazer	• Brincar com o cão • Escuteiros • Andar de Bicicleta • Jogar Futebol • Ir à Pesca • Tratar da Horta

✓ Experiência profissional no âmbito da formação • Trabalhar em pastelaria (Restauração) • Trabalhar como Lojista (jardinagem)
✓ Outras experiências profissionais • Trabalho no campo • Trabalho na construção civil • Trabalho como Assistente dentária
✓ Sensação ao receber o primeiro ordenado • Ganho de autonomia • Sentir-se bem • Realização • Alegria • Poder ajudar os pais com dificuldades
✓ Realização profissional • Ser cozinheira • Ser Jogador de futebol • Ser Assistente dentária
✓ Realização pessoal • Sentir-se bem • Ter Independência • Sentir-se realizado
✓ Relações afetivas • Passam pela Família • Estão centradas no Grupo de amigos • Ter uma Namorada

1.1. Síntese descritiva

Emergiram destas entrevistas treze categorias: **inclusão social, atitudes percecionadas sobre a inclusão, dificuldades, apetências, atividades preferidas ao nível do trabalho, atividades preferidas ao nível do lazer, experiência profissional no âmbito da formação, outras experiências formativas, sensação ao receber o primeiro ordenado, realização profissional e relações afetivas.**

Em termos descritivos, relativamente a primeira categoria, a **inclusão social**, abordada por todos os entrevistados, esta foi formada pelas seguintes subcategorias, dispostas hierarquicamente, de acordo com o número de entrevistados que se lhe referiram:

- **É haver Trabalho para todos**, subcategoria que resulta das entrevistas efetuadas aos entrevistados A e N, que respondem que “Sim!” à questão “Todas as pessoas deveriam participar em todos os aspetos da sociedade, ter um trabalho”;

- **É um direito**, subcategoria resultante da entrevista efetuada ao entrevistado N, quando responde que “acho que sim... todos deviam poder trabalhar para ter boa vida” à questão “Acha que todas as pessoas deveriam ter o direito em participar em todos os aspetos da sociedade, em ter um trabalho, por exemplo?”.

- **Importante para a realização pessoal**, partindo da referência do entrevistado AC, (“para mim caiu-me do céu... foi ouro sobre azul”).

- **Corresponde a Independência**, referida pelo entrevistado F, que refere que todos precisam de ganhar dinheiro para ter alguma independência.

Passando à segunda categoria, **atitudes percecionadas sobre a inclusão**, também abordada por todos os entrevistados, foram formadas as seguintes subcategorias, dispostas também hierarquicamente:

- **Boa relação com os colegas**, referida por todos os entrevistados, de acordo com os excertos seguintes: “gosto muito das pessoas (A); “o grupo é espetacular” (F), quando questionado como é a relação com os colegas da loja; “é boa” (AC e N).”

- **Respeito**, subcategoria referenciada pelos entrevistados A e F.

- **Preocupação**, nas palavras de A, que refere: “chamam-me a atenção porque faço algumas coisas mal, ao almoço... estão sempre a dizer para comer tudo”, e também quando o entrevistado AC afirma: “estão sempre preocupados com as horas para eu comer”.

- **Amizade**, para F, referida como: “temos as nossas brincadeiras, as nossas risotas... temos sempre boa disposição” e, quando o entrevistado AC afirma: “já as conhecia antes, fora do contexto do trabalho”.

- **Entreajuda**, a partir das referências do entrevistado F e AC, como por exemplo: “ajudamos uns aos outros, quando um tem um problema ajudamos” e “estão a ensinar algumas coisas que não sabia”, respetivamente.

- **Exclusão**, a partir das entrevistas de F e AC, quando F, refere que “foi mais na escola, mas depois passou” e “afastei-me um bocado, mas depois resolveu-se” quando questionado “Alguma vez se sentiu excluído” e AC refere que “Puseram-me de parte”, “dois colegas com deficiência e não os mandam fazer nada”, “fui discriminada quando fui a uma entrevista de emprego” e “o senhor olhou-me de lado.”

Relativamente à terceira categoria, **dificuldades**, esta foi formada pelas seguintes subcategorias, também dispostas hierarquicamente:

- **Descascar ovos (motricidade fina)**, referida pelo entrevistado A (“sinto mais dificuldade a descascar ovos”).

- **Tirar a carta de condução**, subcategoria baseada unicamente no discurso do entrevistado F, quando responde “Não, ainda pensei em tirar a carta, mas não... tenho muita dificuldade” à questão “Tem carro próprio?”.

- **Cansar-se facilmente**, subcategoria mencionada pelo entrevistado AC, que nos menciona que “o corpo parece que bloqueia”.

- **Ansiedade**, “a ansiedade ainda continua, tenho muitos medos” (AC).

- **Poder frequentar locais públicos**, subcategoria referida pelo entrevistado N do seguinte modo: “quanto mais barulho houver pior para mim”, “não consigo perceber o que dizem”.

- **Conduzir para longas distâncias**, para AC, que refere que não conduz para a localidade onde foi internada, “o cérebro bloqueou e associa o caminho à ideia de ir para o hospital”.

Passamos à quarta categoria, **Apetências**, abordada por apenas dois entrevistados. Foi formada pelas seguintes subcategorias:

- **Dançar**, segundo o entrevistado A: “ainda faço zumba, quando tenho tempo”.

- **Fazer atletismo**, que decorre do discurso do entrevistado F, quando refere: “Gosto muito de atletismo”.

A quinta categoria, **Atividades preferidas ao nível do trabalho**, é formada pelas abordagens de três entrevistados, e constituída pelas seguintes subcategorias:

- **Descascar alimentos**, quando A responde “descasco cebolas, cenouras, à questão “o que faz no restaurante onde trabalha?”

- **Fazer comida**, referida por A quando questionado “O que faz no restaurante onde trabalha?”, responde “faço ovos com espargos, ovos com farinheira”.

- **Atender o público**, subcategoria referida por F quando questionado “O que faz na loja?”.

- **Tratar dos animais**, subcategoria referida por F quando questionado “O que faz na loja?”.

- **Programar evento**, que decorre do discurso da entrevista ao entrevistado AC que refere que “era programadora de eventos”, “fiz inquéritos, análises de relatórios e todos os eventos”.

A sexta categoria, **Atividades preferidas ao nível do lazer**, é formada pelas abordagens de três entrevistados, e constituída pelas seguintes subcategorias:

- **Brincar com o cão**, que decorre da entrevista ao entrevistado A que refere que “gostava muito de brincar com o meu cão, mas já morreu.”

- **Escuteiros**, decorrente também da entrevista efetuada ao entrevistado A que indica que “frequentava os escuteiros”.

- **Andar de Bicicleta**, referida por F quando questionado “Agora frequenta alguma atividade?”.

- **Jogar Futebol**, que também decorre do discurso do entrevistado F, ao afirmar: “Gosto muito de futebol”, “o meu sonho era ser jogador de futebol”, “vou começar outra vez no futebol”.

- **Ir à Pesca**, mencionada por N quando questionado “O que faz nos seus tempos livres?”.

- **Tratar da Horta**, referida também por N quando questionado “O que faz nos seus tempos livres?”.

Relativamente à sétima categoria **Experiência profissional no âmbito da formação** foi formada as seguintes subcategorias, também dispostas hierarquicamente:

- **Trabalhar em pastelaria (Restauração)**, subcategoria resultante da entrevista de A que responde “Tirei o curso de pastelaria” à questão “Frequentou qual curso?”.

- **Trabalhar como Lojista (jardinagem)**, subcategoria resultante da entrevista de F que “Tirei agora jardinagem” à questão “Tirou que formação na instituição?”.

A oitava categoria, **Outras experiências profissionais**, foi abordada por três entrevistados e é formada pelas seguintes subcategorias, também dispostas hierarquicamente:

- **Trabalho no campo**, subcategoria resultante das entrevistas de F e N. O entrevistado F refere que “no campo fazia vindima, fazia a monta do pimentão, a apanha do melão...”, e o entrevistado N refere que trabalhou “com máquinas agrícolas”.

- **Trabalho na construção civil**, subcategoria resultante das entrevistas de F e N. F informa que trabalhou “nas obras”, e N “na construção civil, fui pedreiro”.

- **Trabalho como Assistente dentária**, subcategoria mencionada pelo entrevistado AC que menciona que “gostava muito de ser assistente dentária... eu trabalhei numa clínica antes de ter ficado doente”.

Passando à nona categoria, **Sensação ao receber o primeiro ordenado**, abordada por três entrevistados, esta é formada pelas seguintes subcategorias:

- **Ganho de autonomia**, subcategoria mencionada nas entrevistas efetuadas aos entrevistados A e F. O entrevistado A refere que “comprei roupa, um telemóvel, as prendas de Natal com o meu ordenado e não pedi dinheiro aos meus pais nem aos meus irmãos”. F dá-nos conta que “comprei roupa, comprei as coisas para a minha casa... não preciso de pedir a outras pessoas... tenho dinheiro para as minhas necessidades”.

- **Sentir-se bem**, subcategoria resultante das entrevistas efetuadas aos entrevistados A e F. A responde “Sim” à questão “Receber o primeiro ordenado sabe bem, é importante?” e F respondeu “senti-me bem” à questão “O que sentiu quando recebeu o seu primeiro ordenado?”.

- **Realização**, presente no discurso de F que responde “senti-me feliz... é dinheiro do meu suor e esforcei-me para o receber”, à questão “O que sentiu quando recebeu o seu primeiro ordenado?”.

- **Alegria**, subcategoria unicamente referida pelo entrevistado N, para quem “Foi uma alegria” quando recebeu o seu primeiro ordenado.

- **Poder Ajudar os pais com dificuldades**, subcategoria referida também pelo entrevistado N que indicou que “ajudava os meus pais porque sempre tiveram dificuldades”.

Relativamente à décima categoria, **realização profissional**, abordada por um entrevistado, a mesma foi formada pela seguinte subcategoria:

- **Ser cozinheira**, referida por A que responde “queria ser cozinheira” à questão “Quando era mais pequena o que queria ser quando fosse grande”.

A décima primeira categoria, **realização pessoal**, abordada por todos os entrevistados, é formada pelas seguintes subcategorias:

- **Sentir-se bem**, subcategoria referida por todos os entrevistados.

- **Ter Independência**, subcategoria resultante das entrevistas efetuadas aos entrevistados AC e N, AC, exemplificada por um, como “consigo ter a minha autonomia, a minha independência”.

- **Sentir-se realizado**, subcategoria referida pelo entrevistado F, que já está a morar com a namorada (“começámos a viver juntos”), acrescentando sentir-se bem no trabalho (“Sinto-me bem aqui”).

Por último a décima segunda categoria, **relações afetivas**, abordada por todos os entrevistados. Estas:

- **Passam pela Família**, subcategoria resultante das entrevistas a A, F e AC, A responde “Vivo, mas os meus irmãos já não vivem connosco” à questão “vive com os pais?”, F refere que “os meus pais estão separados”, “os dois se preocupam comigo” e AC responde “Não, sou casada e tenho um filho” à questão “Vive com os pais?”.

- **Estão centradas no Grupo de amigos**, subcategoria resultante das entrevistas a F e N, F responde que “Sim, vamos jantar fora de vez em quando” à questão “Com os teus amigos, saís com eles?” e N responde “Nunca ando sozinho, vou com o meu irmão ou com uns amigos” à questão “Mas vai pescar sozinho ou vai com alguns amigos?”.

- **Ter uma Namorada**, subcategoria resultante da entrevista de F que responde “Sim, com a minha namorada” à questão “Já vive com alguém?”.

Após a análise feitas das várias categorias e subcategorias verificou-se que para todos a inclusão social é muito importante para a sua realização pessoal e para a sua independência. Mencionaram que para que exista inclusão de pessoas com DID é necessário existir respeito, entreajuda e amizade, apesar de existirem ainda algumas atitudes relacionadas com a exclusão. Relativamente às dificuldades que têm no seu dia-a-dia, verificou-se que as mesmas poderão ser apaziguadas com a ajuda de outras pessoas. Nesse sentido, poderemos refletir que as dificuldades mencionadas podem também ser referidas por pessoas normais.

Nos discursos dos entrevistados conseguimos verificar que sabem qual a distinção entre atividades profissionais e de lazer e também entre realização profissional e pessoal. Brincar com o cão, os escuteiros, andar de bicicleta, jogar futebol, pescar e cuidar da horta são claramente referidas como atividades de lazer. Por outro lado, sentirem-se bem, terem a sua independência e sentirem-se realizados são referidas como objetivos para a concretização a

nível pessoal, dando-nos a percepção de que têm autonomia e decisão na sua vida diária, e não estão isolados socialmente.

Os entrevistados mencionam que quando receberam o primeiro salário se sentiram bem, sentiram-se realizados e começaram a ter sua autonomia financeira, uma vez que antes o pretendiam comprar tinham sempre de pedir aos familiares e amigos e a partir daqui já não foi necessário.

Tendo em conta as relações afetivas, podemos concluir que as mesmas se baseiam essencialmente na família, e em termos de amizade existe uma restrição aos colegas de trabalho, o que podemos concluir que existe uma menor libertação de socialização exterior do núcleo familiar. Um dos entrevistados referiu ter namorada, pelo que as relações afetivas se estendem à mesma. Outro menciona que o seu núcleo familiar inclui o companheiro, o filho e os sogros, pelo que se poderá dizer que cumpre expectativas básicas de qualquer pessoa. Tendo em conta o que foi mencionado pelos entrevistados, poderemos levantar a questão: afinal que diferenças encontramos entre os desejos, os sonhos, a afetividade, de pessoas com deficiência e pessoas normais? São assim tão diferentes?

Que papel desempenha aqui o “rótulo”, o “estereótipo” ou o preconceito? O modo como nos olham determina ou não o que somos? Que ambições profissionais têm estes entrevistados, para além das experiências por que passaram?

Parte V – Reflexões Finais

Esta dissertação foi orientada para a obtenção de respostas à questão de partida, tendo como objetivo, analisar como pessoas com DID percecionam a sua inclusão no mercado de trabalho.

Existem alguns estudos sobre a perspetiva que os jovens, em idade escolar, têm sobre a escola inclusiva, no entanto não existem muitos sobre a percepção que os adultos, em situação laboral, têm sobre a sua inclusão social. Nesse sentido escolhemos como sujeitos de estudo, quatro adultos com idades compreendidas entre os 22 e os 55 anos, inseridas no mercado de trabalho, todos utentes de uma instituição para pessoas com deficiência. A instituição é designada como X.

Para a realização desta dissertação tivemos a necessidade de rever a literatura referente aos conceitos de inclusão social, dificuldades intelectuais e desenvolvimentais e percepção.

Sassaki (1997) refere que a inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta de forma a incluir pessoas com necessidades educativas especiais nos seus sistemas sociais para posteriormente assumirem os seus papéis na sociedade. Sheppard (2006, citado por Borba & Lima, 2018) indica que inclusão social está relacionada com a procura de estabilidade social através da cidadania social, ou seja, todos os cidadãos têm os mesmos direitos na sociedade.

Para que todos os cidadãos tenham os mesmos direitos na sociedade já foram implementadas algumas leis para assegurar a inclusão de pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais, no entanto ainda existe algum caminho a percorrer.

Gardou (2011) refere que a deficiência não pode ser considerada um atributo da pessoa, tem de se considerar a singularidade e as necessidades de cada um, é necessário consciencializar que se tem de criar acessibilidades para todos para se poder encontrar uma solução à medida.

A caracterização da dificuldade intelectual e desenvolvimental, implica um comprometimento ao nível intelectual e desenvolvimental, sendo por vezes as pessoas com este tipo de dificuldade consideradas pela sociedade como incapazes de percecionar o contexto socioambiental em que se encontram. No entanto, atualmente, verificamos que existe uma preocupação com qualidade da interação entre o sujeito e o envolvimento, podendo uma pessoa com DID assumir um papel ativo da sociedade, se tiver um sistema de apoio adequado e individualizado.

Segundo Luckasson (2002, citado por Santos & Morato, 2012), os indivíduos com DID são classificados de acordo com o tipo de apoio necessário para ultrapassarem as suas dificuldades. Existem quatro tipos de apoio:

- 1) Apoio intermitente – são necessários esporadicamente, o sujeito nem sempre necessita de apoio;
- 2) Apoio limitado – são caracterizados pela intensidade especialmente nos períodos críticos, são de natureza contínua;
- 3) Apoio extensivo – é um acompanhamento diário em contextos específicos (escola, casa);
- 4) Apoio permanente - são caracterizados pelas altas intensidades e constância, de estilo permanente.

De acordo com Neves (2014) os jovens com DID têm autonomia e decidem sobre a sua vida diária e que não estão socialmente isolados. Refere também que os jovens cumprem expectativas básicas de qualquer pessoa, apesar das dificuldades a nível profissional.

Para este estudo foram definidos dois objetivos específicos que orientaram o nosso estudo. Relativamente ao primeiro: Identificar dificuldades que os sujeitos entrevistados tiveram ou têm na sua vida laboral, constata-se que as dificuldades que os adultos têm na sua vida laboral são problemas que algumas pessoas sem qualquer tipo de deficiência também podem ter como por exemplo “tirar a carta de condução” ou “cansar-se facilmente”. No entanto se existirem meios de apoio ou pessoas que ajudem, as dificuldades sentidas serão amenizadas, facilitando as interações no local de trabalho. Para tal, tem de existir respeito, entajuda e amizade.

Quanto ao segundo: perceber como se sentem os adultos entrevistados relativamente à sua inclusão social em meio laboral, poderemos concluir que os mesmos se sentem realizados, conseguiram obter a sua independência. Quanto receberam o seu primeiro ordenado verificou-se que foi a partir desse momento que tiveram a percepção de que começaram a ganhar autonomia, que já poderiam obter o que pretendiam sem ter de solicitar aos familiares e amigos.

Os dados recolhidos na nossa investigação permitiram-nos responder à questão de partida previamente colocada, ou seja, qual a percepção das pessoas com DID, em situação laboral, sobre a sua inclusão social.

Podemos concluir que:

- a sua inclusão fortalece o seu grau de independência
- apesar de sentirem algumas dificuldades, as mesmas poderão ser amenizadas

- o salário que recebem permite algum ganho de autonomia

Podemos concluir, também, que estas referências podem representar algum ganho para estas pessoas, em termos de um pouco mais de independência e do salário que recebem. No entanto, relativamente à sua inclusão, o que referem é muito pouco e transmite-nos uma sensação de conformismo em relação à sua situação.

O presente estudo contou com poucos sujeitos entrevistados relativamente ao número de pessoas com DID que estão em situação laboral, mas o mesmo também se inseria no âmbito do estudo de caso. Seria interessante efetuar o estudo com mais sujeitos e aplicar em outras instituições de forma a verificar como outras pessoas com DID sentem a sua inclusão social. Seria também interessante analisar como as entidades patronais percecionam estes funcionários.

Referências Bibliográficas

- Belo, C., Caridade, H., Cabral, L., & Sousa, R. (2008). Deficiência intelectual: terminologia e conceptualização. *Revista Diversidades, Out.-Dez, n° 22*, 4-9.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Borba, A. A., & Lima, H. M. (25 de Março de 2018). *Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia*. Obtido de Scielo: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>
- Caleiras, J. (2008). A articulação das estratégias de emprego e inclusão social: um overview português. *Portugal: Projecto Bridges for Inclusion REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza*.
- Carmo, H., & Ferreira, M. M. (1998). *Metodologia da Investigação - guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chauí, M. (2000). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Editora Ática.
- Coll, C., Marchesi, Á., & Palácios, J. (2004). *Desenvolvimento psicológico e educação - psicologia evolutiva*. Porto Alegre: Artmed.
- Deus, A. M., Cunha, D. d., & Maciel, E. M. (2010). *Estudo de Caso na Pesquisa Qualitativa em Educação: Uma metodologia*. Obtido de http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_14.pdf
- Falconi, E. R., & Silva, N. A. (2010). *Aspectos biopsicossociais das pessoas com Deficiência Intelectual*. UINIVEL - LIEC.
- Faleiros, V. d. (2006). Inclusão social e cidadania. *32nd Internacional Conference on Social Welfare* (pp. 1-15). Brasília : ICSW32.
- Gardou, C. (2011). Pensar a deficiência numa perspectiva inclusiva. *Revista Lusófona de Educação*, 13-23.
- Kripka, R. M., Scheller, M., & Bonotto, D. d. (17 de Fevereiro de 2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa*. Obtido de Congresso Inbero-Americano de Investigação Qualitativa: <https://proceedings.ciai.org/index.php/ciai2015/article/view/252/248>
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artmed.
- Leitão, F., A., R.; Silva, M., O., E. (2019). *Inclusão de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais - Estudos*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- Mazzotta, M. J., & D'Antino, M. E. (2011). Inclusão Social de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde Soc. São Paulo*, 377-389.
- Morato, P. P., & Santos, S. (2007). Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais. A Mudança de Paradigma na Concepção da Deficiência Mental. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*, 51-55.
- Ruas, J. (2017). *Manual de Metodologias de Investigação - Como fazer propostas de investigação, monografias, dissertações e teses*. Maputo : Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda .
- Sanches, I., & Teodoro, A. (2006). Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, 63-83.
- Santos, S., & Morato, P. (2012). Acertando o passo! Falar de deficiência mental é um erro: deve falar-se de dificuldade intelectual e desenvolvimental (DID). Por quê? *Revista Brasileira Educação Especial*, 3-16.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*.
- Sasaki, R. K. (1997). *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro : WVA.
- Silva, M. O. (2009). Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas. *Revista Lusófona de Educação*, 135-153.
- Silva, M. O. (2016). *Formação de professores para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais - contributos de investigação*. Lisboa: Edições Univerisitárias Lusófonas.
- Silva, M., O., E.; Dias, M., T.; Neves, F., K. (2016). Da Transição para a Vida Ativa até à Inclusão no mercado de trabalho. Comunicação apresentada no 6º Encontro de Investigadores do CeIED Lusofonia: da Dominação Colonial à Cooperação. Lisboa: ULHT.
- Silva, M. O., & Coelho, F. (2014). Da deficiência mental à dificuldade intelectual e desenvolvimental . *Revista Lusófona de Educação*, 163-180.
- Tuckman, B. W. (2005). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Legislação

Constituição da República Portuguesa, de 2 de Abril de 1976

Lei n.º 66/79, de 4 de Outubro

Tânia Dias - Percepção de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais, em situação laboral, sobre a sua inclusão social

Lei n.º 28/84, de 14 de Agosto - Lei de Bases da Segurança Social

Lei n.º 46/89 de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo

Lei n.º 9/89 de 2 de Maio - Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto - Lei de Bases Gerais do Regime Jurídico da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação da Pessoa com Deficiência

Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto

Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto

Decreto-Lei n.º 203/74, de 15 de Maio

Decreto-Lei nº 519-A2/79 de 29 de Dezembro

Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro

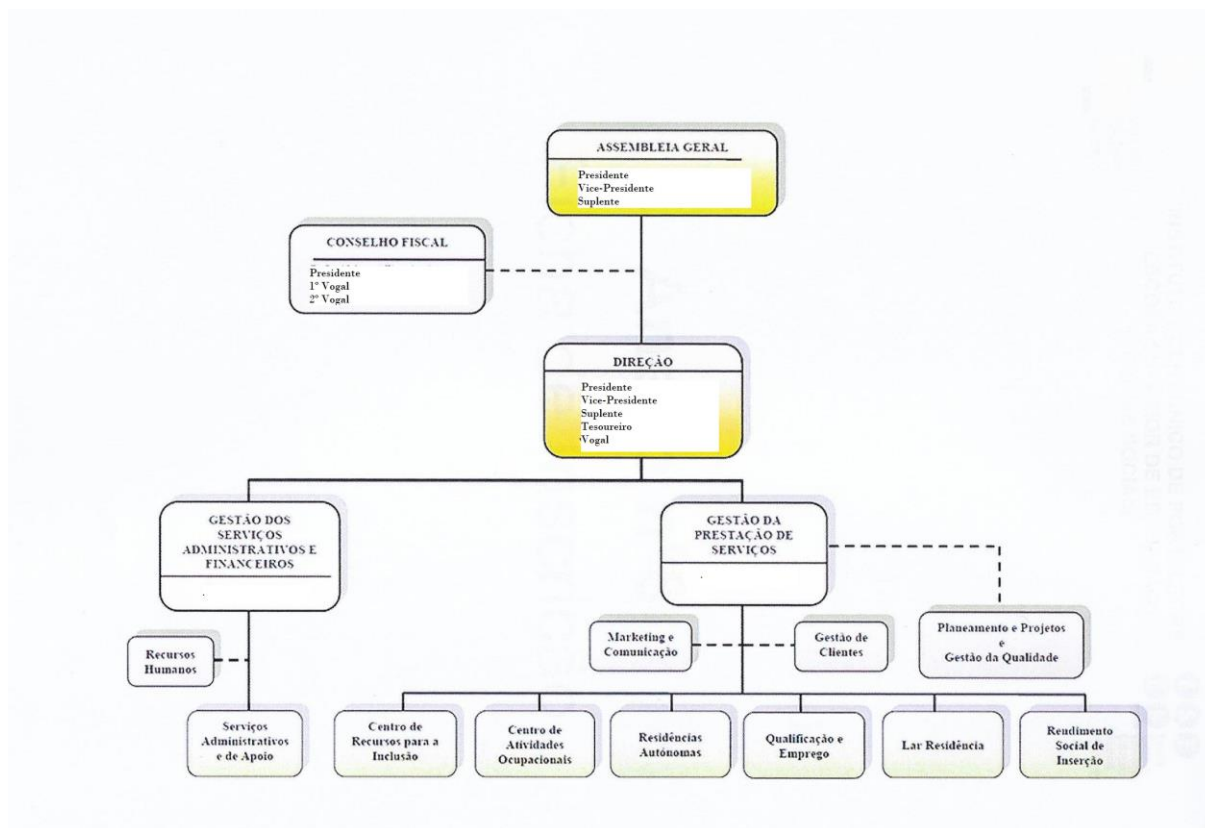
Decreto-Lei nº 17/2000 de 8 de Agosto

Decreto-Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro

Decreto-Lei nº 54/2018 de 6 de Julho

Anexos

Anexo 1 – Organograma



Apêndices

Apêndice 1 – Guião das entrevistas aos jovens com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais

Guião de entrevista aos jovens com DID

Temática: A Inclusão Social de pessoas com DID percecionadas pelas próprias.

Objetivo geral da entrevista: recolher dados que permitam:

- Analisar o modo como jovens com DID inseridos no mercado de trabalho percecionam a sua inclusão social.

Blocos	Objetivos específicos	Tópicos para o formulário das questões
A - Legitimação da entrevista e motivação dos entrevistados.	- Explicitar o objetivo da entrevista; - Assegurar a confidencialidade da entrevista; - Pedir autorização para o registo gravado das entrevistas.	
B - Caracterização dos entrevistados.	- Recolher informações que permitam caracterizar biograficamente cada entrevistado. - Perceber como teve conhecimento da instituição e como a mesma é importante para a sua inclusão	- Dados pessoais: idade, habilitações formais, família. - Conhecimento da instituição e sua importância
C - Atitudes percecionadas pelos entrevistados.	- Conhecer as atitudes para com a inclusão referidas pelos entrevistados.	- O que pensa sobre a inclusão, se sente que a inclusão o beneficia e porquê; - Relativamente a outras pessoas que conhece, se alguém já referiu sentir-se excluído e nesse caso, porquê e em que circunstâncias; - No que diz respeito aos colegas de trabalho, como é a relação entre eles; - O que considera como atitudes necessárias para se sentir incluído
D - Dificuldades sentidas pelos entrevistados.	- Perceber as dificuldades com que os entrevistados se confrontam.	- Dificuldades sentidas relativamente ao trabalho e aos colegas; - Dificuldades sentidas nos locais públicos e transportes;

E - Apetências dos entrevistados.	- Conhecer as apetências dos entrevistados.	- <i>Hobbies</i> e outras atividades extraprofissionais que goste ou gostaria de fazer e porque razão;
F - Realização profissional.	- Saber se o entrevistado se sente realizado com a sua profissão; - Perceber se a atividade profissional que desempenha corresponde àquela que gostaria de desempenhar. - Saber quais são as razões que o conduziram ao desempenho dessa atividade. - Saber a importância que o entrevistado atribui ao trabalho.	- Como se sente na atividade profissional que exerce. Se não se sente bem, quais as razões; - Profissão que realmente gostaria de exercer, ou sonhou exercer, se pudesse; - Razões ou motivos que o/a levaram a exercer a presente atividade profissional; - Importância que o trabalho tem para a sua vida: muita, alguma ou nenhuma, e porquê. - O que a remuneração trouxe de bom/autonomia para a sua vida.
G - Realização pessoal.	- Analisar os aspetos relativos à realização pessoal dos entrevistados.	- Situação familiar e afetiva: se vive com família, amigos, numa relação com alguém; - Amigos e convivência social, se tem atividades lúdicas e com quem; - Como se sente com a vida que tem, se pensou em ter uma vida diferente e se sim, como.

Apêndice 2 – Transcrição da entrevista ao sujeito A

Bloco A

Eu - Olá A, como está? O meu nome é Tânia Dias, sou aluno de Mestrado na Universidade Lusófona e estou a fazer um trabalho sobre o que as pessoas pensam sobre a inclusão social no mercado de trabalho. Gostaria de lhe pedir autorização para a entrevistar, fazendo-lhe umas perguntas e, se possível, gravar a entrevista. Todas as informações que me disponibilizar serão confidenciais e apenas utilizadas no âmbito restrito do meu trabalho, além de que neste não constarão quaisquer dados pessoais seus que a possam identificar. Dá-me a sua permissão?

A – Sim

Bloco B

Eu – A primeira pergunta é que idade tem.

A – Tenho vinte e dois anos.

Eu – Vinte e dois, certo. Tem irmãos?

A – Tenho dois irmãos.

Eu – Tem dois irmãos, e vive com os seus pais?

A – Vivo, mas os meus irmãos já não vivem connosco.

Eu – Já não vivem com vocês?

A – Os meus irmãos já casaram.

Eu – Já tem sobrinhos?

A – Já tenho três sobrinhos.

Eu – Muito bem. Em relação à escola, estudou até de nível?

A – Frequentei a escola até ao nono ano.

Eu – Tinha alguma experiência profissional antes de estar a trabalhar aqui?

A – Não.

Eu – E dentro da instituição, já tinha trabalhado?

A – Não, só tirei lá o curso.

Eu – Frequentou qual curso?

A – Tirei o curso de pastelaria.

Eu – O que fazia no curso?

A – Fazia os bolos, as empadas e croquetes.

Eu – O que faz no restaurante onde trabalha?

A – Faço aqui, pico e descasco cebolas, cenouras, monto caixas para o takeaway, faço o empratamento do leitão, lavo a loiça, faço as migas, os ovos com espargos, os ovos com farinheira.

Bloco C

Eu – Acha que todas as pessoas deveria ter o direito em trabalhar, participar em todas as atividades da sociedade?

A – Sim, é importante ter um trabalho. Eu gosto de ter trabalho, e gosto muito do que faço. (Risos)

Eu – Acha que é tratado de maneira diferente por ter algumas dificuldades?

A – Sim, apesar de me tratarem bem. Às vezes chamam-me à atenção.

Eu – Chamam à atenção, mas porque fez alguma coisa mal?

A – Sim (Risos)

Eu – Mas porque têm motivos?

A – Sim

Eu – Os colegas tratam-na todos de igual forma?

A – Sim, gostam muito de mim, eu por vezes faço birras, mas não posso porque depois sou despedida.

Eu – Pois, tem de se portar bem.

A – Algumas vezes chamam-me à atenção porque faço algumas coisas mal, ao almoço estão sempre a dizer para comer tudo.

Eu – Então são preocupados consigo?

A – Sim.

Eu – O que é preciso para se sentir bem, quais as atitudes que os colegas devem fazer?

A – Tem de me tratar bem, gosto de tudo daqui e gosto muito de vir trabalhar para aqui e gosto muito das pessoas.

Bloco D

Eu – Sente alguma dificuldade no trabalho?

A – O que me pedirem eu faço, mas sinto mais dificuldade a descascar os ovos.

Eu – Como se desloca para o trabalho, é de transportes públicos?

A – Venho com o meu pai, moro perto do trabalho, traz-me e leva-me para casa. Primeiro às quatro horas vai buscar a minha mãe e depois às cinco horas vem me buscar a mim.

Eu – Já alguma vez andou de transportes públicos?

A – Não.

Eu – Tem alguma dificuldade quando frequenta locais públicos?

A – Não.

Bloco E

Eu – O que gosta de fazer nos tempos livres, quando era mais pequena?

A – Gostava muito de brincar com o meu cão, mas já morreu. Era uma caniche.

Eu – Quando era mais pequena, frequentava alguma atividade?

A – Frequentava os escuteiros, dançava zumba, hip-hop.

Eu – E hoje, ainda faz alguma dessas atividades?

A – Hoje já não.

Eu – Já não dança?

A – Ainda faço zumba quando tenho tempo.

Eu – Quando era mais pequena o que seria ser quando fosse grande?

A – Queria ser cozinheira.

Eu – Então agora está a fazer mesmo o que queria?

A – Sim, eu queria e agora faço.

Bloco F

Eu – Há quanto tempo está a trabalhar no restaurante?

A – Estou desde outubro, fiz o estágio aqui e estou em contrato de trabalho há um ano.

Eu – É importante para si, estar a trabalhar aqui?

A – Sim, é importante e é um trabalho a sério.

Eu – Receber o ordenado sabe bem, é importante?

A – Sim.

Eu – O que comprou com o primeiro ordenado?

A – Comprei roupa, um telemóvel, as prendas de natal com o meu ordenado e não pedi dinheiro aos meus pais nem aos meus irmãos.

Bloco G

Eu – Em relação aos seus pais, qual é a sua relação com eles?

A – É boa, estão sempre a pedir-me para fazer as tarefas de casa.

Eu – Então, eles têm de ser ajudados em casa.

A – Às vezes sim, às vezes não. (Risos)

Eu – Tem preguiça de ajudar?

A – Eu sou muito preguiçosa, mas no trabalho não.

Eu – E a relação com os seus irmãos, dão-se bem?

A – O meu irmão mais velho liga-me todos os dias, mas o outro já não. Mas gostam muito de mim

Eu – E com os sobrinhos, como é a relação?

A – Gosto muito dos meus sobrinhos, um tem quatro anos, o outro tem dois anos e a mais nova tem cinco meses.

Eu – Alguma vez lhe mudou a fralda?

A – Às vezes mudo.

Eu – E agora uma pergunta mais pessoal, tem algum namorado?

A – Não.... Tenho, está na Suíça, está longe.

Eu – E fala muito com ele ao telefone?

A – Sim, falo

Eu – E amigos, tens muitos?

A – Não tenho amigos... só tenho a minha amiga

Eu – Só tem uma amiga?

A – Sim

Eu – Então e já alguma vez foi ao cinema, passear com ela?

A – Ao cinema ainda não fui, às vezes vou é para a casa dela.

Eu – Como se sente com a sua vida, neste momento, sente-se bem?

A – Sinto-me bem

Eu – Sente-se bem com aquilo que faz?

A – Sim, mas tenho uns dias maus, que não me apetece.

Eu – Mas gosta do trabalho?

A – Gosto... os colegas são queridos, são brincalhões.

Eu – Obrigada por ter deixado entrevistá-la, foi um prazer, gostei muito da entrevista.

A – Obrigada.

Apêndice 3 - Transcrição da entrevista ao sujeito F

Bloco A

Eu – Olá A, como está? O meu nome é Tânia Dias, sou aluno de Mestrado na Universidade Lusófona e estou a fazer um trabalho sobre o que as pessoas pensam sobre a inclusão social no mercado de trabalho. Gostaria de lhe pedir autorização para a entrevistar, fazendo-lhe umas perguntas e, se possível, gravar a entrevista. Todas as informações que me disponibilizar serão confidenciais e apenas utilizadas no âmbito restrito do meu trabalho, além de que neste não constarão quaisquer dados pessoais seus que a possam identificar. Dá-me a sua permissão?

F – Sim

Bloco B

Eu – Que idade tem?

F – Tenho 28 anos.

Eu – Tem irmãos?

F – Tenho duas irmãs.

Eu – Vive com os pais?

F – Não, já vivo sozinho.

Eu – Já vive sozinho?

F – Quer dizer, acompanhado...

Eu – Já vive com alguém?

F – Sim, com a minha namorada.

Eu – Estudou até que ano?

F – Até ao nono ano.

Eu – Frequentou a escola normal?

F – Sim.

Eu – Já tinha tido alguma experiência profissional?

F – Já, no campo e alguns biscates e outros trabalhos...

Eu – O que fazia nesses trabalhos?

F – No campo fazia a vindima, fazia a monta do pimentão, vários trabalhos de campo, o que se faz hoje em dia, fiz a apanha do melão, do tomate, esse tipo de trabalhos...

Eu – No campo era isso que fazia e nos restantes empregos?

F – Trabalhei nas obras e na lenha...

Eu – Tirou que formação na instituição?

F – Tirei agora jardinagem.

Eu – E gostou da formação?

F – Sim, aprendi muitas coisas que não sabia, outras já sabia por causa da experiência no campo.

Eu – O que aprendeu de novo?

F – Aprendi a mexer nas máquinas, o que se metia nas máquinas em termos de montagem, arranjar e limpar as máquinas, porque não é só utilizar temos de as limpar...

Bloco C

Eu – O que pensa sobre inclusão? Sabe o que significa?

F – Sim...

Eu – Acha que todas as pessoas deveriam ter o direito em trabalhar?

F – Sim... é uma distração também e não só, nós também precisamos de ganhar o nosso dinheiro para ter alguma independência...estar em casa sem fazer não resolve nada... temos de ganhar o nosso dinheiro para ter a nossa casa e conviver com os amigos do trabalho. Também existe pessoas que não querem trabalhar, aqui nesta empresa já veio para aqui pessoas que pensavam que vinham brincar... (Risos)

Eu – Alguma vez se sentiu excluído, alguma vez se sentiu à parte?

F – Não, foi mais na escola, mas depois passou...

Eu – Foi excluído na escola?

F – Sim, afastei-me um bocado, mas depois resolveu-se... comecei a ter amigos.

Eu – Como é a relação com os colegas na loja?

F – O grupo é espetacular, ajudamos uns aos outros, quando um tem um problema ajudamos. Temos as nossas brincadeiras, as nossas risotas, às vezes brincamos com os clientes em termos de trabalho, ajudamos nos todos uns aos outros, temos sempre boa disposição.

Bloco D

Eu – Já alguma vez sentiu dificuldades aqui na loja?

F – Sim, aqui toda a gente tem dificuldades, em certos produtos, quando tenho alguma dificuldade vou ter a quem tem mais experiência para depois aprender mais um pouco.

Eu – O que faz na loja?

F – Faço de tudo um pouco, atendimento ao público, entregas, trato dos animais.

Eu – Relativamente à utilização de transportes públicos, como vem para o trabalho?

F – Antes vinha de transportes públicos, vinha no autocarro, mas depois como vim morar para Évora devido aos horários do trabalho que não eram compatíveis com o autocarro.

Eu – Tem carro próprio?

F – Não, ainda pensei em tirar a carta, mas não... tenho muita dificuldade, não chego a todo o lado

Eu – E como vem para o emprego?

F – Venho à boleia com um colega de trabalho porque tenho o horário com ele.

Bloco E

Eu – Agora, regressando um pouco à infância, frequentava alguma atividade de tempos livres?

F – Nos tempos livres gostava muito de fazer desporto, gosto muito de futebol e também atletismo.

Eu – Fazia mais alguma atividade?

F – Fazia também natação.

Eu – Agora frequenta alguma atividade?

F – Neste momento era só de bicicleta, mas vou começar agora outra vez no futebol. Por causa dos horários tive de deixar o futebol, mas agora fui convidado por um colega para frequentar um clube que joga só aos domingos e então vou começar outra vez.

Eu – Quando era mais pequeno o que seria ser quando fosse grande?

F – O meu sonho era ser jogador de futebol, tive uma oportunidade no futsal, mas não fui... hoje estou arrependido...

Bloco F

Eu – Há quanto tempo já trabalha aqui na loja?

F – A contar com o tempo de estágio, já estou há três anos.

Eu – Sente-se bem aqui?

F – Sinto bem, os meus colegas tratam-me bem, até o gerente de loja me trata bem. Quando tenho algum problema aqui ou fora daqui vou falar com ele, ele ajuda-me muito. É um bom amigo...

Eu – Escolheu na formação a jardinagem por algum motivo?

F – Gosto de jardinagem porque não me prende muito, não é um espaço fechado, apesar do esforço, fui habituado assim. Agora também não tenho vergonha de perguntar o que não sei...

Eu – Já sente mais confiança no que faz?

F – Sim, já não tenho medo de errar...

Eu – É muito importante para si, estar aqui na loja?

F – Sim, é um trabalho onde não estou há chuva nem ao sol, estou sempre bem, sou sempre bem recebido, não tenho razão de queixa daqui.

Eu – O que sentiu quando recebeu o seu primeiro ordenado?

F – Senti-me feliz... senti-me bem, é dinheiro do meu suor e esforcei-me para o receber, acho que toda a gente sente isso.

Eu – O que fez com o mesmo? Lembra-se?

F – Comprei roupa, comprei as coisas para a minha casa e algumas coisas que tinha o sonho de comprar e agora já consigo, já tenho.

Eu – Não precisa de estar a pedir a outras pessoas...

F – Pois, não preciso de pedir a outras pessoas e às vezes também não tinham. Agora tenho dinheiro para ir beber o café com amigos, sair. Tenho dinheiro para as minhas necessidades.

Bloco G

Eu – Como é a relação com os seus pais?

F – Os meus pais estão separados, mas dou-me bem com um como com o outro, é igual. Os dois se preocupam comigo.

Eu – E a relação com as suas irmãs?

F – Com as minhas irmãs, dou-me mais com uma do que com outra, não nos deixamos de falar, mas com a mais velha tenho menos relação com ela.

Eu – Está a viver com a tua namorada há quanto tempo?

F – Há dois meses... ela foi viver comigo porque estava na mesma situação que eu, em vez que vir de transportes públicos para Évora, começou a viver comigo, é mais fácil. Como já tínhamos uma relação, começamos a viver juntos.

Eu – Com os teus amigos, sai com eles?

F – Sim, vamos jantar fora de vez em quando. Mas também saiu com a minha namorada, vamos passear, apesar de não ter a carta.

Eu – Para terminar, como se sente atualmente? Sente-se realizado?

F – É assim, numa altura estava muito nervoso porque não sabia se me faziam contrato, tinha alguma ansiedade, com medo de não ficar. Dou sempre o meu melhor, gosto de ver o patrão com um sorriso. Sinto-me bem aqui...

Eu – Obrigada por ter deixado entrevistá-lo, foi um prazer, gostei muito da entrevista.

F – Obrigado.

Apêndice 4 - Transcrição da entrevista ao sujeito AC

Bloco A

Eu – Olá A, como está? O meu nome é Tânia Dias, sou aluno de Mestrado na Universidade Lusófona e estou a fazer um trabalho sobre o que as pessoas pensam sobre a inclusão social no mercado de trabalho. Gostaria de lhe pedir autorização para a entrevistar, fazendo-lhe umas perguntas e, se possível, gravar a entrevista. Todas as informações que me disponibilizar serão confidenciais e apenas utilizadas no âmbito restrito do meu trabalho, além de que neste não constarão quaisquer dados pessoais seus que a possam identificar. Dá-me a sua permissão?

AC – Sim

Bloco B

Eu – Que idade tem?

AC – Tenho 43 anos.

Eu – Vive com os pais?

AC – Não, sou casada e tenho um filho.

Eu – Que idade tem?

AC – Tem 11 anos.

Eu – Estudou até que ano?

AC – Tenho dois cursos superiores.

Eu – Quais?

AC – Tirei investigação social aplicada, que é hoje a sociologia que tirei na Universidade Moderna e tirei tradução e interpretes na ESTG em Leiria.

Eu – Que experiência profissionais tem?

AC – Na área dos cursos não tive tempo...fiquei doente, entretanto. Fiquei doente há 10 anos, fiquei sem andar, sem falar e foi acabar de estudar, casei-me e tive o filho. Fiquei logo doente tinha ele dezassete meses. Quando ia começar a trabalhar fiquei doente... depois fiquei logo reformada. Depois as sequelas que ficaram da doença, não me deixaram. Já não consigo, esqueço-me das coisas...

Eu – Em termos de mobilidade, está ainda tudo bem?

AC – Porque entanto está... quando tenho surtos é que não... vou começar agora a fisioterapia porque o lado direto está em encolher, mas o pior mesmo é a nível mental... esqueço-me muito das coisas, baralho e não é fácil conviver com isto... mais ou menos ainda tenho o discernimento de saber o eu conseguia fazer e agora não consigo...

Eu – Exatamente... não é nada fácil...

AC – Não, eu tinha uma vida muito ativa e depois tive de abrandar... eu estava no outro lado da Câmara e pedi para vir para a biblioteca, não aguentava... eu era programadora de eventos

Eu – Era complicado?

AC – Eram noites... até às 3, 4 e 5h da manhã, trabalhava 16 a 17h, não conseguia... e pedi para mudar...

Eu – Está agora aqui na biblioteca?

AC – Sim, comecei esta semana..., mas já estou de folga hoje (Risos)... pelo contrato tenho de ter uma folga por semana e as minhas colegas deram-me a escolher o dia que preferia, eu escolhi à sexta-feira para ficar três dias seguidos em casa a descansar.

Eu – Assim consegue descansar...

AC – Embora ontem me pediram para ir trabalhar amanhã, sábado e eu vou... é assim...

Bloco C

Eu – Muito bem... e o que acha sobre inclusão?

AC – Para mim caiu-me do céu, eu vim pedir para aqui, mas eu sei que há muitas pessoas com problemas como eu que não conseguem, que não as ajudam... a inclusão para mim foi ouro sobre azul... estava integrada mas se não fosse a instituição que me deram a mão e me ajudaram a continuar... tenho a certeza que se não me tivessem a ajudar, já não estava a trabalhar aqui, que eles já não me renovaram mais o contrato.

Eu – Assim conseguiu ficar... já está a trabalhar na Câmara há quanto tempo?

AC – Já estou há sete anos... e acho que é para continuar... quando a instituição apareceu eu já estava na Câmara, mas estava na corda bamba...

Eu – Não tinha ainda segurança de continuar...

AC – Não, e era horrível porque um dos problemas é que não posso ter stress e nessa altura andava muito stressada porque não sabia o que me ia acontecer quando o contrato terminasse... estava sempre com medo porque tenho um filho para criar, eu sou divorciada do pai do meu filho, agora estou casada mas com outra pessoa. O pai do meu filho deixou-me quando eu fiquei doente, fiquei sozinha, ele não queria uma pessoa que estava numa cadeira de rodas... e não foi fácil.

Eu – Não deve ter sido...

AC – Fiquei com 200 e poucos € de reforma, um filho... o pais dele nunca lhe deu nada... agora é que o meu filho fica uma semana comigo e outra com o pai, já que o pai não lhe dá a pensão, fazemos guarda partilhada. Não foi fácil, depois eu refugiei-me no trabalho, eu trabalha durante a semana, fins de semana... até que comecei a piorar...

Eu – O desgaste mental também fez com que piorasse...

AC – Comecei a piorar, foi por isso que o ano passado já tinha pedido para mudar de secção, já não conseguia mais, mas não me mudavam... foi muito difícil, depois tive de dizer que ou me mudavam

ou tinha-me de ir embora porque já não conseguia mais... ia começar fisioterapia, a minha saúde já estava pior, a minha perna já arrastava, andava muito cansada...

Eu – O cansaço é fundamental...

AC – Sem dúvida... por isso é que aqui agora me dar um dia para descansar..., mas hoje ainda não parei..., mas é diferente só de não estar aqui já é diferente...

Eu – É um cansaço diferente...

AC – Sim, só de não ter horário a cumprir já é diferente... eu, hoje de manhã, fiz uma coisa hoje que não faço há quase há um ano, que é fazer a minha cama de lavado sozinha, que não era capaz e hoje fiz... sei que logo vou ficar aflita mas fiz, consegui fazer, eu todos os dias tento fazer desde que consiga.... Agora estou queimada na mão, em dois dedos, queimei-me no forno e não sinto...

Eu – Não tem sensibilidade...

AC – Não... é estas coisas que ainda me fazem confusão... penso antes conseguia e agora já não consigo... não tem sido fácil mas graças a deus, casei agora com uma pessoa, já há dois anos, que me apoia, também já me conhece desde os dezassete anos, é uma pessoa que vai comigo às consultas todas, que me acompanha sempre... tem me ajudado muito, eu dantes só tinha o meu filho para me agarrar e agora já o tenho também a ele.

Eu – É um bom companheiro...

AC – Agora quando tenho algum surto, já penso nos dois... são a eles que me tenho de agarrar para continuar, é difícil, mas tenho de pensar assim... eles precisam de mim, foi onde me agarrei sempre... o meu filho tinha dezassete meses quando fiquei doente, fiquei um ano sem o poder ver, só o via através da câmara do telemóvel. Não o conseguia agarrar, os braços não deixavam... isso é muito duro... é mais duro isso que as dores que temos a fazer fisioterapia... temos de lutar para conseguirmos vencer... prefiro ter dores a estar numa cadeira de rodas a depender das outras pessoas... são opções de vida...

Eu – Tem de lutar todos os dias...

AC – Houve um colega meu que também tem esclerose e há dias bateu na mulher e depois disse que tinha sido da doença... depois eu tive de lhe dizer que isso não é desculpa para isso, porque sendo assim eu também andava aos pontapés às coisas, a culpar toda a gente e não ando...

Eu – Pois... a doença não pode ser desculpa para tudo... as outras pessoas também não têm a culpa... já se sentiu alguma vez excluída?

AC – Já, já... muitas vezes...

Eu – Onde?

AC – No trabalho onde estava antes... foi onde me senti mais excluída, posta de parte, literalmente... no início não, mas no último ano e meio, sim... tiraram-me o trabalho todo... e estava ali o dia todo...

Eu – Ou seja, não lhe davam trabalho para fazer...

AC – Puseram-me de parte, diziam que eu não era sabia, que não conseguia e afinal consigo...

Eu – Exatamente...

AC – Quando pedi para sair disse que não aguentava mais aquela situação... fazia só o que os outros não queriam, mandavam-me a mim..., mas eu nunca dizia que não, apesar de isso me afetar muito psicologicamente..., mas agora estou na biblioteca e já é diferente... as pessoas são diferentes, no outro lado havia muitos ciúmes uns dos outros...

Eu – Havia muita rivalidade entre colegas?

AC – Sim... no outro lado estão dois colegas que também têm deficiências e também não os mandam fazer nada porque dizem que eles não conseguem... mas houve uma vez que tínhamos que embrulhar presentes para o Natal e eu pedi que eles me ajudassem e eles fizeram e gostaram de ajudar... não lhe mandam fazer nada, foi o que estava a acontecer a mim, só que eles como têm deficiência mental, não notam tanto mas a mim já me estava a perturbar... e quando saí disse como me estava a sentir... e trouxe tudo o que fiz... mas esta semana já me ligaram a perguntar se não lhe podia enviar o que tinha feito, e depois disse que não...

Eu – Agora já precisavam da sua ajuda...

AC – Sim... eu também tive de aprender sozinha... fiz inquéritos, análises de relatórios de todos os eventos e era muito complicado... depois também havia muito barulho e eu preciso de concentração para fazer as coisas, cheguei a pedir à minha chefe para ir trabalhar para casa porque não me conseguia concentrar...

Eu – Como é agora a relação com os colegas?

AC – É boa, estão sempre preocupados, estão-me a ensinar algumas coisas que ainda não sabia, porque o trabalho é diferente. Estão sempre preocupadas, com as horas para eu comer... aqui é só mulheres, são todas impecáveis. Estou a gostar muito, apesar de ser só há uma semana, mas é totalmente diferente... também já as conhecia antes, fora do contexto do trabalho... a chefe foi da minha família, é irmã do meu ex-marido, mas é uma pessoa excecional, profissional e gosta de ensinar.

Bloco D

Eu – Sente alguma dificuldade, no dia-a-dia, no trabalho?

AC – Passados uns dois ou três dias de trabalho, o corpo parece que bloqueia, tenho de fazer as coisas com mais calma, tenho de ir dar uma voltinha para depois conseguir regressar outra vez ao trabalho... começo a sentir uns apertos na cabeça... ao início assustei-me... quando começo a estar stressada começo a ter essas dores, parece que o cérebro começa a querer fechar... quando estou muito tempo na mesma posição também fico assim...

Eu – Tem carta de condução e carro próprio?

AC – Sim..., mas não conduzo daqui para Évora uma vez que o psiquiatra me disse que o meu cérebro bloqueou e associa o caminho, à ideia de ir para o hospital. Houve uma vez que cheguei a meio do caminho e cheguei a desmaiar... ando sozinha aqui, mas para fora vou sempre acompanhada.

Eu – Acontece sempre?

AC – Sim... como o meu cérebro associa Évora ao hospital, não consigo ir sozinha... ainda hoje em dia quando tenho um surto, digo sempre para não me levarem para o hospital... no primeiro surto, deixei de andar, de falar... fiquei com grandes problemas de ansiedade...

Eu – Antes de ter sido diagnosticada a doença, que perspetiva tinha, o que gostava de ter feito?

AC – Gostava muito de ser assistente dentária, mas já não posso ser mais... porque associam a última profissão que tivemos ao início da doença e não teve nada a ver... eu trabalhava numa clínica antes de ter ficado doente... a minha mãe até dizia que eu tinha tirado dois cursos para estar a trabalhar numa coisa que não tinha nada a ver, mas eu gostava muito... eu era assistente de cirurgia, era muitas horas de pé, tive muita pena, foi outro dos choques que tive de enfrentar... mudou tudo...

Eu – A doença mudou tudo...

AC – Mudou, tudo, tudo, tudo... tive de aprender a andar, a falar, a comer... às vezes eu digo para quê se dar valor ao dinheiro, temos de dar mais valor ao principal... eu tive de aprender tudo outra vez... eu tive uma segunda oportunidade mas há muita gente de não consegue... eu quero viver um dia de cada vez... tentar ser o mais feliz possível... aprendi a dar valor ao sol, ao vento, a conseguir comer sozinha...

Eu – Começou a dar valor às pequenas coisas...

AC – A dar valor ao essencial... o dinheiro pode ajudar, mas não é tudo...

Eu – Está na Câmara há sete anos... escolheu vir para a Câmara porque motivo?

AC – Escolhi vir para aqui porque bati a várias portas e ninguém me aceitava... eu fui discriminada quando fui a uma entrevista de emprego num escritório de advogados, para administrativa. Eu era obrigada a dizer a doença que tinha, fui através do centro de emprego, quando disse que tinha esclerose, o senhor olhou-me de lado, depois eu tive de dizer que não tinha lepra, que não era contagioso... depois o senhor disse que não sabia o que era a doença, depois tive de dizer ao senhor que quando não se sabe perguntasse primeiro, não se pode fazer juízos de valor quando não se tem conhecimento, disse-lhe que se me contrata-se que poderia ter alguns benefícios, foi quando disse que assim já falávamos de outro modo...

Eu – Já estavam interessados porque já tinham benefícios, só viram o lado deles?

AC – Sim..., mas depois tive de dizer que sendo assim que não queria uma vez que me estava a discriminar por eu ter um problema de saúde que somente me afetava a mim e não a ele... depois fui ao centro de emprego e disse o porquê de ter recusado o trabalho, foi quando me disseram que

tinha feito muito bem... hoje em dia no supermercado e no meu antigo trabalho há um ano e meio para cá...

Eu – No início do emprego corria tudo bem?

AC – Sim..., mas acho que tem a ver com as pessoas, querem subir...

Eu – Querem subir à custa dos outros?

AC – Sim... querem apanhar tudo, parece que estão com medo que se acabe, queriam ficar com o meu trabalho, neste caso, ninguém me tirou nada, eu é que dei... venceram-me pelo cansaço... eu estava cada vez mais a piorar, psicologicamente já não conseguia... a autoestima foi muito abaixo... a psicóloga disse-me que tinha de ir a um psiquiatra para me ajudar... tomei ansiolíticos, agora já estou a fazer o desmame, mas a ansiedade ainda continua, tenho muito medos... o médico diz que eu só tenho um medo que me desencadeia estas fobias todas, que é o medo de morrer... e esse medo desenvolvi no hospital.

Eu – Quando estive internada?

AC – Sim, quando estive lá... não dormia de noite, o psiquiatra dizia que como estava tudo mais calmo, tinha medo de morrer e ninguém dar por mim... depois durante o dia como havia movimento, já dormia... Quando saía das fisioterapias, passava o resto do dia a dormir, não queria ir para a sala... à noite eu tinha sono, mas tinha medo de dormir... agora tenho mediação para dormir, só que o meu cérebro nem a dormir, descansa... estou sempre a pensar.

Eu – O cérebro nunca descansa e depois por vezes tem crises?

AC – Sim... a última foi à cerca de um mês, afetou-me muito, por isso é que vou voltar para as fisioterapias.

Eu – Tem de vier um dia de cada vez... o trabalho para si é gratificante?

AC – Sem dúvida... mantém-me ocupada...

Eu – Não pensa tanto na doença?

AC – Eu não era capaz de estar uma semana inteira em casa...

Eu – Não conseguia estar sozinha?

AC – Não, estava sempre sozinha, porque o meu marido trabalha longe, o meu filho tem de ir para a escola... gosto de ter um objetivo de vida, ter um motivo para me levantar todos os dias, apesar do meu filho e do meu marido, gosto de ter a minha vida, a minha independência... se eu tivesse sempre em casa, arrumava as coisas e depois fazia o quê?... assim estou sempre ocupada...

Eu – Como é que o seu filho tem lidado com a doença?

AC – Quando eu tive o primeiro surto não se apercebeu porque era muito pequenino... ele agora sabe de tudo, a psicóloga ajudou-me a falar com ele e a explicar-lhe o que era a doença... só que a ultima vez que tive um surto, o meu marido tentou esconder mas ele viu.... Depois disse se a minha mãe morreu, eu mato-me... mais tarde tive de lhe explicar que vai acontecer algumas vezes e que

era normal..., mas na cabeça dele não é fácil... ele depois falou com o pai... em relação à educação dele, estamos sempre os dois...

Eu – Mas isso é bom, para ele ter o apoio dos dois é bom...

AC – Quando nos separámos, o tribunal decidiu que ele ia quinze dias para a casa de um e outros quinze para outro, mas conversámos com ele e preferir ser uma semana em casa de um e outra semana na casa de outro... eu e o pai dele falamos de tudo o que lhe diz respeito, mas a ele faz muita confusão... diz que é um sortido porque assim tem duas mães e dois pais... ele sabe de tudo, quando eu vou às consultas, não posso é ficar lá mais de duas horas que começa logo ansioso se eu vou ficar internada...

Eu – Ele possivelmente também sofre de ansiedade?

AC – Sim... ele lida muito mal com a palavra não... temos de lhe dizer que não mas de outra forma, fica muito ansioso... fica frustrado senão consegue atingir uma nota melhor, mas não posso querer mais, ele não é um menino que tenha más notas, tem bom comportamento, não falta às aulas, apesar de tudo... ele preocupasse com as outras pessoas de forma diferente dos miúdos da idade dele... teve de crescer mais rápido...

Eu – Ir viver para outro lado, é opção?

AC – Ser possível, é, mas há uma criança e ele não consegue estar longe do pai muito tempo, também tem cá os amigos, tem tudo cá... existe aqui uma qualidade de vida que lhe consigo proporcionar que se fosse noutro lugar não conseguia.

Eu – Como se sente presentemente?

AC – Agora sinto-me bem... ao estar a trabalhar, consigo ter a minha autonomia, a minha independência...

Eu – Obrigada por ter deixado entrevistá-la, foi um prazer, gostei muito da entrevista.

AC – Obrigada.

Apêndice 5 - Transcrição da entrevista ao sujeito N

Bloco A

Eu – Olá A, como está? O meu nome é Tânia Dias, sou aluno de Mestrado na Universidade Lusófona e estou a fazer um trabalho sobre o que as pessoas pensam sobre a inclusão social no mercado de trabalho. Gostaria de lhe pedir autorização para a entrevistar, fazendo-lhe umas perguntas e, se possível, gravar a entrevista. Todas as informações que me disponibilizar serão confidenciais e apenas utilizadas no âmbito restrito do meu trabalho, além de que neste não constarão quaisquer dados pessoais seus que a possam identificar. Dá-me a sua permissão?

AC – Sim

Bloco B

Eu – Que idade tem?

N – Tenho 55 anos.

Eu – Tem irmãos?

N – Sim...

Eu – Quantos?

N – Nós somos 5 casais... 5 homens e 5 mulheres

Eu – Ainda vive com os seus pais?

N – Não, os meus pais já faleceram...

Eu – Vive sozinho?

N – Não... vivo com o irmão mais velho que é solteiro, como eu... ele era casado, mas depois divorciou-se porque tem problemas de cabeça, depois os filhos abandonaram-no e ele aceitou vir viver comigo...

Eu – Frequentou a escola até que ano?

N – Até à 4ª classe...

Eu – Tinha alguma experiência profissional?

N – Sim... trabalhei com máquinas agrícolas, empilhadores, trabalhei na construção civil, fui pedreiro...

Eu – Trabalhou sempre na sua área de residência?

N – Sim...

Bloco C

Eu – O que pensa sobre a inclusão?

N – Não estou a perceber... não sei o significado na palavra...

Eu – Acha que todas as pessoas deveriam ter direito em participar em todos os aspetos da sociedade, em ter trabalho, por exemplo?

N – Acho que sim... todos deviam poder trabalhar para ter boa vida...

Eu – Alguma vez se sentiu excluído? Alguma vez sentiu que estavam a pô-lo de parte devido à sua doença?

N – Sim... Eu nunca tive muitos amigos porque como tenho problemas de audição, as pessoas não têm paciência para falar devagar, que queira repetir a palavra cinco ou seis vezes para eu perceber...

Eu – Também no trabalho, sentiu isso?

N – Sim..., mas nunca me chateava com isso... a minha vida foi sempre a trabalhar no campo e passava meses inteiros sem falar...

Eu – Conviver com outras pessoas é difícil?

N – Sim... agora os amigos estão a falar, mas como tenho o problema de não conseguir ouvir estou só ali a olhar, mas não os percebo...

Eu – Como é a relação com os colegas de trabalho?

N – É boa..., mas precisava de uma pessoa que me ajudasse mais, eu tenho dois colegas, um ajuda-me pouco porque também é doente, tem muitas faltas de ar, o outro ajuda-me, mas a maior parte do tempo trabalho sozinho...

Bloco D

Eu – Foi difícil arranjar emprego por causa do seu problema de audição?

N – Sim, eu só tive dois patrões... um deles trabalhavam para ele desde que comecei a trabalhar com 14 anos, mas depois a empresa faliu depois fui para a construção civil.

Eu – Foi quando começou com outro patrão?

N – Não... foi sempre o mesmo...

Eu – Até vir trabalhar para a junta?

N – Sim... depois tive no desemprego e mais tarde comecei na junta.

Eu – Já está há quanto tempo?

N – Estou há cinco anos aqui na junta... vai fazer seis agora...

Eu – Começou na junta devido ao apoio da instituição?

N – Não... comecei pelo desemprego, a instituição começou a intervir a pedido a junta para fazer a avaliação da capacidade de trabalho e para prescrição de produtos de apoio...

Eu – Qual é o trabalho que faz na junta?

N – Faço de tudo um pouco... vou ajudar os funerais todos, limpo o cemitério, se for preciso abrir uma campa faço também... corto ervas e limpo as ruas...

Eu – Tem alguma dificuldade no trabalho?

N – Não...

Eu – Frequenta locais públicos?

N – Sim..., mas quando mais barulho houver pior para mim... porque eu tenho um aparelho, mas o mesmo capta tudo e depois não consigo perceber o que me dizem, quando falam comigo têm de estar a olhar para mim porque consigo perceber melhor pelos lábios do que pelo aparelho...

Eu – Quando frequenta por exemplo, a segurança social ou as finanças vai alguém consigo ou vai sozinho?

N – Não, levo uma pessoa para me acompanhar para traduzir o que pretendem, para explicarem melhor... falo melhor com pessoas que já conheço do que com outras porque fico envergonhado...

Eu – Pois... isso também é normal, a confiança é muito importante... Tem carta de condução?

N – Sim... de mota.

Eu – Tem alguma mota?

N – Tenho uma motorizada.

Bloco E

Eu – Quando era mais pequeno, sonhava ter alguma profissão?

N – Que me lembre não... comecei a trabalhar com 14 anos, quando sai da escola e como eramos dez irmãos era muito complicado...

Eu – Era complicado para os seus pais manterem todos a estudar?

N – Sim... eu lembro-me de estar na escola e depois aos sábados e domingos levantava-me às 2/3h da manhã e ia com o carrinho de mão colher orégãos, ia para a cortiça, para ajudar os meus pais... toda a vida trabalhei e gosto de trabalhar...

Eu – O que faz nos seus tempos livres?

N – Tenho uma horta e algumas vezes vou à pesca.

Eu – Mas vai pescar sozinho ou vai com alguns amigos?

N – Nunca ando sozinho, vou com o meu irmão ou com uns amigos.

Bloco F

Eu – Sente-se bem a trabalhar?

N – Sim... sinto-me melhor a mexer do que estar parado... estou mais distraído e como trabalho na rua é diferente.

Eu – Está na junta há cinco anos, mas sempre pelo desemprego?

N – Não... tive pelo desemprego três anos e depois deram-me prolongamento dois anos e agora vou continuar através da junta...

Eu – Quando receber o seu primeiro ordenado, qual foi a sensação?

N – Foi boa... foi uma alegria porque assim já conseguia algumas coisas que não podia ter, ajudava os meus pais porque tiveram sempre dificuldades.

Bloco G

Eu – Como é a relação com os seus irmãos?

N – É boa, dou-me com todos...

Eu – Tem sobrinhos?

N – Não sei... tenho muitos... tenho família que não conheço, há dois anos fui a um casamento e colocaram-me na mesa no meio de duas raparigas, ao início senti-me mal, mas depois vim a saber que era minhas sobrinhas e eu não as conhecia...

Eu – Depois de saber que eram suas sobrinhas, ficou contente?

N – Sim...

Eu – Como se sente atualmente, sente-se realizado?

N – Sinto-me bem, sou independente, tenho é algumas limitações na audição, mas isso resolve-se com outro aparelho.

Eu – Obrigada por ter deixado entrevistá-lo, foi um prazer, gostei muito da entrevista.

A – Obrigado.

Apêndice 6 - Análise à entrevista do sujeito A

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Frequência
Inclusão social	É haver Trabalho para todos	- É importante ter um trabalho	1
Atitudes percecionadas sobre a inclusão	Boa relação com os colegas	- Gostam muito de mim - Gosto muito das pessoas - Os colegas são queridos, brincalhões	3
	Respeito	- Tem de me tratar bem - Gosto de tudo daqui	1
	Preocupação	- Estão sempre a dizer para comer tudo - Sim [são preocupados consigo]	2
Dificuldades	Descascar ovos (motricidade fina)	- Sinto mais dificuldade a descascar ovos	1
Apetências	Dançar	- Dançava zumba, hip-hop - Ainda faço zumba quando tenho tempo	2
Atividades preferidas ao nível do trabalho	Descascar alimentos	- Descasco cebolas - Descasco cenouras	2
	Fazer comida	- Faço migas - Faço ovos com farinha	2
	Empratar	- Faço o empratamento do leitão	1
	Montar caixas para o takeaway	- Monto caixas para o takeaway	1
Atividades preferidas ao nível do lazer	Brincar com o cão	- Gostava muito de brincar com o meu cão, mas já morreu	1
	Escuteiros	- Frequentava os escuteiros	1

Experiência profissional no âmbito da formação	Trabalhar em pastelaria (Restauração)	- Tirei o curso de pastelaria - Fazia os bolos, as empadas e croquetes	2
Sensação ao receber o primeiro ordenado	Sentir-se bem	- Sim [receber o ordenado sabe bem, é importante]	1
	Ganho de autonomia	- Comprei roupa, um telemóvel, as prendas de natal - Não pedi dinheiro aos meus pais nem aos meus irmãos	2
Realização profissional	Ser cozinheira	- Queria ser cozinheira	1
Realização pessoal	Sentir-se bem	- Sinto-me bem	1
Relações afetivas	Passam pela família	- O meu irmão mais velho liga-me todos os dias - Gosto muito dos meus sobrinhos	2
	Centrada no grupo de amigos	- Só tenho uma amiga - Às vezes vou para a casa dela	2

Apêndice 7 – Análise à entrevista do sujeito F

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Frequência
Inclusão Social	É um direito	- Sim [todas as pessoas deveriam ter o direito em trabalhar]	1
	Corresponde a Independência	- Precisamos ganhar o nosso dinheiro para ter a nossa independência	1
	Importante para a realização pessoal	- Temos de ganhar o nosso dinheiro para ter a nossa casa	1
Atitudes percebidas sobre a inclusão	Boa relação com os colegas	- O grupo é espetacular - Temos as nossas brincadeiras, as nossas risotas - Temos sempre boa disposição	3
	Respeito	- Os meus colegas tratam-me bem - O gerente de loja me trata bem	2
	Entreajuda	- Ajudamos uns aos outros - Ele ajuda-me muito	2
	Exclusão	- Foi mais na escola, mas depois passou - Afastei-me um bocado, mas depois resolveu-se	2
	Amizade	- Comecei a ter amigos	1
Dificuldades	Tirar a carta de condução	- Ainda pensei em tirar a carta, mas não... tenho muita dificuldade	1
Apetências	Fazer Atletismo	- Gosto muito de atletismo	1

Atividades preferidas ao nível do trabalho	Atender o público	- Faço atendimento ao público	1
	Tratar dos animais	- Trato dos animais	1
Atividades preferidas ao nível do lazer	Jogar Futebol	- Gosto muito de futebol	1
Experiência profissional no âmbito da formação	Trabalhar como Lojista (jardinagem)	- Tirei agora jardinagem - Gosto de jardinagem	2
Outras experiências profissionais	Trabalho no campo	- Fazia a vindima - Fazia a monta do pimentão - Fiz a apanha do melão, do tomate - Vários trabalhos de campo	4
	Trabalho na construção civil	-Trabalhei nas obras	1
Sensação ao receber o primeiro ordenado	Sentir-se bem	- Senti-me bem	1
	Ganho de autonomia	- Comprei roupa, comprei as coisas para a minha casa - Coisas que tinha o sonho de comprar e agora já consigo - Não preciso de pedir a outras pessoas	3
	Alegria	- Senti-me feliz	1
	Realização	- É dinheiro do meu suor - Esforcei-me para o receber	2
Realização profissional	Ser jogador de futebol	- O meu sonho era ser jogador de futebol	1
Realização pessoal	Sentir-se bem	- Sinto-me bem aqui	1
	Ter Independência	-Tenho dinheiro para as minhas necessidades	1

Relações afetivas	Passam pela família	- Os meus pais estão separados... Os dois se preocupam comigo - Com as minhas irmãs, dou-me mais com uma do que com outra	2
	Centrada no grupo de amigos	- Sim, vamos jantar fora de vez em quando [Com os teu amigos, sais com eles]	2
	Ter uma namorada	- Sim, com a minha namorada [já vive com alguém] - Há dois meses... ela foi viver comigo [está a viver com a sua namorada à quanto tempo]	2

Apêndice 8 – Análise à entrevista do sujeito AC

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Frequência
Inclusão Social	Importante para a realização pessoal	- Caiu-me do céu - Foi ouro sobre azul	2
Atitudes percebidas sobre a inclusão	Boa relação com os colegas	- É boa [como é agora a relação com os colegas] - São todas impecáveis	2
	Entreajuda	- Estão a ensinar algumas coisas que não sabia	1
	Exclusão	- Puseram-me de parte - Dois colegas com deficiência e não os mandam fazer nada - Fui discriminada quando fui a uma entrevista de emprego - O senhor olhou-me de lado	4
	Preocupação	- Estão sempre preocupados - Estão sempre preocupadas, com as horas para eu comer	2
	Amizade	- Já as conhecia antes, fora do contexto do trabalho	1
Dificuldades	Cansar-se facilmente	- O corpo parece que bloqueia	1
	Ansiedade	- A ansiedade ainda continua, tenho muitos medos	1
	Conduzir para longas distâncias	- O cérebro bloqueou e associa o caminho à ideia de ir para o hospital	1
Atividades preferidas ao nível do trabalho	Programar evento	- Era programadora de eventos	2

		- Fiz inquéritos, análises de relatórios e todos os eventos	
Outras experiências profissionais	Trabalho como Assistente dentária	- Eu trabalhei numa clínica antes de ter ficado doente	1
Realização profissional	Ser Assistente dentária	- Gostava muito de ser assistente dentária	1
Realização pessoal	Ter Independência	- Consigo ter a minha autonomia, a minha independência	1
Relações afetivas	Passam pela família	- Não, sou casada e tenho um filho [Vive com os pais]	2

Apêndice 9 – Análise à entrevista do sujeito N

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Frequência
Inclusão social	É haver Trabalho para todos	- Sim [Todas as pessoas deveriam participar em todos os aspetos da sociedade, ter um trabalho]	1
	É um direito	- acho que sim... todos deviam poder trabalhar para ter boa vida [Acha que todas as pessoas deveriam ter o direito em participar em todos os aspetos da sociedade, em ter um trabalho, por exemplo]	1
Atitudes percecionadas sobre a inclusão	Boa relação com os colegas	- É boa [como é a relação com os colegas de trabalho]	1
Dificuldades	Poder frequentar locais públicos	- Quanto mais barulho houver pior para mim - Não consigo perceber o que dizem	2
Atividades preferidas ao nível do lazer	Ir à pesca	- Vou à pesca [O que faz nos seus tempos livres]	1
	Tratar da horta	- Tenho uma horta [O que faz nos seus tempos livres]	1
Outras experiências profissionais	Trabalho no campo	- Trabalhei com máquinas agrícolas	1
	Trabalho na construção civil	-Trabalhei na construção civil - Fui pedreiro	2
Sensação ao receber o primeiro ordenado	Alegria	- Foi uma alegria	1
	Poder ajudar os pais com dificuldades	- Ajudava os meus pais porque sempre tiveram dificuldades	1

Tânia Dias - Percepção de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais, em situação laboral, sobre a sua inclusão social

Realização pessoal	Sentir-se bem	- Sinto-me bem	1
Relações afetivas	Centrada no grupo de amigos	- Nunca ando sozinho, vou com o meu irmão ou com uns amigos	1